

COMISSÃO DA VERDADE

**PRESIDENTE
DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**

28/02/2013

COMISSÃO DA VERDADE.

BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.

28/02/2013

O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT - Bom dia a todos. Em nome da Comissão da Verdade e do Senhor Presidente Adriano Diogo, que hoje não poderá fazer a abertura da Audiência, eu quero declarar instalada a 15ª audiência da Comissão da Verdade de São Paulo, Comissão Rubens Paiva. Hoje, no dia 28 de fevereiro, às 10:30, na Assembleia Legislativa de São Paulo, Auditório Teotônio Vilela para oitiva de depoimentos sobre os casos de David Capistrano, Élson Costa, Hiram de Lima Pereira, João Massena Melo, José Montenegro de Lima, José Roman, Luiz Inácio Maranhão Filho, Nestor Vera, Walter de Souza Ribeiro, militantes do Partido Comunista Brasileiro.

O nosso formato, nós vamos apresentar os memoriais depois aqui, compor a mesa e iniciar alguns depoimentos. Mas antes eu gostaria que a Amelinha, que é membro da Comissão da Verdade...

A SRA. – O Renan.

O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT - O Renan? O Renan vai fazer a leitura do texto inicial dessa nossa Audiência. Por favor, Renan.

O SR. RENAN QUINALHA – Os desaparecimentos e a repercussão política. Os Dirigentes do PCB desconfiavam de infiltrações no Partido e que estava sendo seguidos há algum tempo, afinal, em três de dezembro de 72, o Jornal do Brasil publicara uma entrevista do agente Carlos era Adauto Freire, que assumiu a condição de agente da CIA infiltrado no Partido e era Secretário Geral da Sessão de Relações Exteriores do PC.

De acordo com a pesquisa de Hélio Gaspari, publicada no livro A Ditadura Derrotada, no dia três de abril, Walter de Souza Ribeiro saiu de uma reunião numa casa em cuja vizinhança havia

pessoas consertando a fiação de postes, foi a um ponto conversar com Luiz Inácio Maranhão, Ex-Deputado estadual no Rio Grande do Norte, defensor da anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República e amigo do cardeal Eugênio Sales, Maranhão era uma espécie de chanceler do Partidão. Também iria a esse encontro João Massena Melo. Sumiram todos.

A família de Massena enviou cartas ao Conselheiro Federal da OAB, Serrano Neves, e a Deputados Estaduais e Federais. Em 25 de abril de 74, sua filha Alice Massena Melo escreveu uma carta ao líder do MDB, Deputado Laerte Vieira, que a leu no Plenário do Congresso Nacional, seguido do pronunciamento do Deputado Marcos Nobre. A carta foi transcrita no Diário Oficial da União de dois de maio do mesmo ano e resume os fatos. Meu pai, João Massena Melo, brasileiro, casado, pai de três filhos, metalúrgico, ex-dirigente sindical, Ex-Deputado a Assembleia Legislativa da Guanabara foi preso no dia três do corrente mês na cidade de São Paulo, para onde viajara na véspera a fim de tentar ganhar a vida, já que nesta cidade todas as portas lhe foram fechadas. Angustiada e ansiosa, faço um amargurado e veemente apelo a Vossa Excelência para que vos dirija as autoridades do País pedindo para pouparem a vida de meu pai e concederem permissão para que eu possa visitá-lo. Esse dramático e estranho apelo se justifica e só tem razão de ser formulado porque até hoje as autoridades coautoras não se dignaram a proceder a qualquer formalidade legal e, sobretudo porque, quando preso em primeiro de julho de 70, meu pai poderia ter morrido em consequência das torturas, espancamentos e pendura pelos pés e mãos no chamado pau de arara ao mesmo tempo em que se lhe aplicava choques elétricos por todo corpo, quase enforcamento e outros requintes bestiais e horripilantes sofridas no quartel da Polícia do Exército, sediado na Rua Barão de Mesquita, nesta cidade.

Meu pai é um homem doente e já conta com 55 anos de idade, sendo por isso improvável que possa suportar a repetição de métodos tão bárbaros e tão anti-humanos. Meu pai estava em gozo de liberdade concedida pelo Egrégio Superior Tribunal Militar em fevereiro de 73. Agora, depois de submetido a tratamento de saúde, deteriorado em parte pelas torturas e pelos maus tratos da prisão, ele vinha tentando reintegrar-se na sua atividade profissional.

Angustiada e desesperada, mas confiante e esperançosa de que o vosso apelo possa salvar a vida do meu pai, subscrevo-me.

A esposa de Luiz Inácio Maranhão Filho, Odette, denunciou seu desaparecimento e que esse estaria sendo torturado pelo Delegado do DOPS, Sérgio Paranhos Fleury. O Deputado do MDB (ininteligível) Maciel discursou na Câmara Federal exigindo explicações do Governo. O Secretário do MDB e amigo de infância de Luiz, Deputado Thales Ramalho, leu a carta da esposa de Luiz no Plenário do Congresso Nacional emocionado. Essa foi publicada no Diário do Congresso em 15 de maio de 74. Ao terminar a leitura, o Deputado enfatizou que os direitos elementares de Luiz Inácio deveriam ser respeitados e pediu um julgamento justo para ele e a apuração do caso.

Neste mesmo dia, o vice-líder da Arena, Deputado Garcia Neto, prometeu que o Governo tomaria providências para elucidar os sequestros de presos políticos, inclusive de Luiz Maranhão Filho e outras denúncias feitas pelo MDB. Essas providências nunca foram tomadas.

Odette conseguiu ainda fazer um apelo ao então Presidente Geisel que mandasse apurar o caso com urgência, pois Luiz Maranhão estava em péssimas condições de saúde, mas nada conseguiu. Ainda em maio, a CNBB, a OAB, protestaram e exigiram resposta sobre o paradeiro dos desaparecidos ao Geisel.

Em 29 de junho de 74 foi publicada nota oficial do MDB no Diário de Brasília, indagando do Governo o destino de 11 presos políticos desaparecidos, entre os quais figurava os nomes dos três dirigentes comunistas.

Em sete de agosto do mesmo ano, por intermédio de Dom Paulo Evaristo Arns, conseguiu-se uma audiência de familiares e desaparecidos políticos com o General Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, com a presença do Cardeal, do Presidente da Comissão de Justiça e Paz da CNBB, Professor Cândido Mendes e do advogado José Carlos Dias. O general Golbery prometeu aos familiares que no prazo máximo de um mês daria uma resposta sobre o paradeiro dos 22 desaparecidos citados, o que não aconteceu. A reação da ditadura viria em fevereiro de 75, quando o Ministro da Justiça Armando Falcão divulgou nota sobre os desaparecidos políticos, em que afirmava sobre Walter de Souza Ribeiro ex-oficial do Exército, expulso por atividades subversivas como indigno para o oficialato. Há um mandado de prisão expedido pela segunda auditoria da Segunda CJN em 1970. Encontra-se foragido.

Sobre Luís Inácio Maranhão Filho, apenas informou que ele era membro efetivo do Comitê Central do PCB, e a respeito de João Massena Mello afirmou que ele não se achava preso em nenhum organismo militar.

Indignada com a nota do ministro, a viúva de Walter, Aldaci, manifestou-se protestando contra as calúnias e apresentando documentos que desmentiam o ministro. Uma vez que havia sido expedida pela segunda auditoria do Exército de São Paulo certidão negativa, a qual informava que sua pena havia sido reformada pelo STM, em acórdão de 27 de maio de 74 e diminuída para um ano e oito meses e assim prescrita.

Tão logo soube do teor da nota, Aldaci enviou uma carta ao General Silvio Frota, então Ministro do Exército, pedindo-lhe que informasse em qual diário oficial havia sido publicado o ato de expulsão do Exército como indigno, do segundo tenente reformado Walter de Souza Ribeiro. A carta foi protocolada em seis de março de 75, mas não recebeu resposta. De acordo com seu depoimento, publicado no livro *Desaparecidos Políticos*, a nota é caluniosa também quando diz que meu marido foi expulso do exército como indigno. Não existe, até agora, que seja do meu conhecimento e dos meus filhos, nenhuma expulsão e sim reforma pela lei nº 1507-A, de 28 de

janeiro de 1950, por incompatibilidade para o oficialato... A reforma de um oficial por incompatibilidade não significa indignidade, conforme declarou o Ministro Falcão. Nossa dor já era demasiadamente grande pelo dramático desaparecimento do chefe da nossa família para suportar ainda o peso da difamação que o ministro nos impôs através de toda a imprensa nacional. Anos após seu desaparecimento a família de Walter continuou sua busca por meio de advogados e da Comissão de Justiça e Paz, sem obter qualquer informação.

Em oito de abril de 87, o ex-médico e torturador Amílcar Lobo revelou, em entrevista a Revista Isto É, que viu Luiz Maranhão ser torturado no DOI-CODI do primeiro exército no Rio de Janeiro. Em entrevista a Revista Veja de 18 de novembro, o ex-Sargento do DOI-CODI de São Paulo, Marival Dias Chaves do Canto afirmou que pelo menos oito dirigentes do PCB tiveram seus corpos esquartejados e atirados nas águas do Rio Novo em Avaré, São Paulo.

Segundo o ex-Sargento, João Massena Mello e Luiz Inácio Maranhão Filho, presos em 74, teriam recebido uma dose de injeção para matar cavalos. Suas mortes fizeram parte da operação radar, uma grande ofensiva do exército iniciada em 73 para dizimar o PCB. De acordo com essas declarações do Ex-Sargento, Walter de Souza Ribeiro foi capturado pelo DOI-CODI em São Paulo e levado para o Rio de Janeiro, onde foi assassinado, esquartejado, sendo as partes do seu corpo enterradas em lugares diferentes para não ser identificado.

Em 24 de março de 2004 a Revista Isto É publicou reportagem de Amaury Ribeiro Junior, baseado em documentos encontrados nos pertences do General Antônio Bandeira, que comandou as forças armadas até o fim da campanha contra a segunda guerrilha do Araguaia, no qual foi revelado o conteúdo de uma reunião entre os generais Ernesto e Orlando Geisel, e o então Presidente da república, general Emílio Garrastazu Médici, da qual Bandeira também participou.

Na reunião, ocorrida em maio de 73, discutiu-se as diretrizes da repressão política. A utilização de todos os meios para eliminar sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas de qualquer jeito, a qualquer preço em 31 de março de 2004, a Revista Isto É revelou na reportagem intitulada Traição e Extermínio, que a operação que promoveu os desaparecimentos dos dirigentes do PCB foi comandada pelo chefe do DOI, coronel Aldir dos Santos Maciel, codinome Doutor Silva. A missão consistia em prender e executar os membros do Comitê Central do PCB sem deixar pistas. Os assassinatos ocorreram em chácaras clandestinas para facilitar a ocultação de cadáveres. Os demais sobreviventes eram encaminhados pelo Comando do Segundo Exército aos Delegados do DOPS José Francisco Seta e Alcides Singilo. Apelidada de operação radar resultou na morte de 11 membros do Comitê Central. Além de destruir as gráficas clandestinas do Partido, a repressão desmantelou seus diretórios nos estados em operações que prenderam 679 pessoas. Ex-Sargento Marival tornou públicos então os nomes dos principais envolvidos. Os coronéis Aldir Santos Maciel, ex-comandante do DOI-CODI de 74 a 76, conhecido como Doutor Silva. Paulo Malhães,

conhecido como Doutor Pablo, José Brant Teixeira, o Doutor César, além dos Ex-Cabos Félix Freire Dias e José Bonifácio Carvalho. O oficial do DOI-CODI São Paulo, André Pereira Leite Filho, então conhecido como Doutor Edgar também integrou o pequeno grupo responsável pela eliminação de dirigentes do Comitê Central do PCB.

A gente vai passar agora para a leitura, antes de constituir a mesa, do Élon Costa, depois a gente constitui a mesa.

O Élon Costa, desaparecido em 15 de janeiro de 75, nasceu no dia 26 de agosto de 1913 na cidade de Prata, Minas Gerais, Brasil. Dados biográficos. O Élon iniciou sua vida política no Partido Comunista Brasileiro, PCB, na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, onde liderou uma greve de caminhoneiros. Trabalhou na divulgação do jornal do Partido, A Classe Operária. Foi membro do Comitê Central, atuou em Belo Horizonte, Niterói, Rio de Janeiro, Campo Grande, Recife, Curitiba e finalmente em São Paulo. Conheceu vários países do leste europeu na década de 50. Com o golpe militar de 64 passou a atuar clandestinamente. Em 1966 foi condenado a dois anos de reclusão pela justiça militar, pelo processo referente às cadernetas de Luiz Carlos Prestes, à época Secretário Geral do PCB. Cumpriu pena em Curitiba e quando foi solto voltou à clandestinidade. No Rio de Janeiro foi novamente preso e torturado em 1970, cumpriu pena e foi solto em 73 quando veio para São Paulo voltando a viver na clandestinidade, trabalhando e divulgando o Jornal A Voz Operária.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Élon morava na Rua Timbiras, número 199, bairro de Santo Amaro em São Paulo. Na manhã do dia 15 de janeiro de 75 foi preso no bar ao lado da sua casa onde fora tomar café. Os vizinhos que o conheciam como sendo Manoel de Souza Gomes protestaram contra sua prisão feita por seis homens. No dia sete de fevereiro de 75, sua esposa Aglaé Souza Costa, depois de procura-lo por diversos órgãos policiais, enviou telegrama ao ministro da justiça e no dia 18 daquele mês enviou carta ao general Geisel, Presidente da República. No dia primeiro de março, Aglaé conseguiu publicar uma nota por ela assinada descrevendo como se deu o desaparecimento de Élon Costa. Documentos de órgãos policiais. O pedido de busca número 79E/2 de 75 do Segundo Exército datado de sete de abril de 1975, encontrado nos arquivos do antigo DOPS Paraná, no qual se lê, no dia 15 de janeiro de 75, o Décimo Primeiro Distrito Policial registrou ocorrência sobre Manoel de Souza Gomes, conforme boletim de ocorrência número 315 de 75, cópia anexa. Não foi encontrada a referida cópia. Mais adiante esse mesmo documento afirma, Na possibilidade de vir a ser preso em função das prisões já efetuadas pelos órgãos de segurança interna, evadiu-se de sua residência as pressas sendo levado por elementos do Partido conforme testemunhas. Aglaé de Souza Costa, ao ter ciência do desaparecimento do seu marido, invés de procurar as autoridades de segurança interna logo de imediato, como tem ocorrido com outras famílias de presos, recorre sim a Aldo Lins e Silva, que a orientou no sentido de

procurar as seguintes autoridades, Ministro da Justiça, Presidente da República, Cardeal Arcebispo de São Paulo e escrever cartas para Jornal do Brasil e Folha da Tarde. Estas atitudes estranhas levam a crer que procura-se fazer exploração política desse desaparecimento, configurada na campanha desencadeada no sentido de denegrir as autoridades à opinião pública interna e externa.

Documentos obtidos pelos familiares de Élon Costa. Atestado do Óbito por morte presumida por meio de ação judicial. Informações do ex-agente do DOI-CODI do Segundo Exército de São Paulo Marival Dias Chaves do Canto, em entrevista à Revista Veja de 1992. Outro que está aí no Rio, na cidade de Avaré, São Paulo é Élon Costa, assassinado em 75. Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo. Depois, Élon ainda recebeu a injeção para matar cavalo. No rio, debaixo de uma ponte que liga a cidade de Avaré, no interior de São Paulo à Rodovia Castelo Branco. Existe ali um cemitério debaixo d água. Pela Lei 9140 de 95, no seu Anexo um, Élon Costa foi reconhecido como morto sob responsabilidade do Estado. Em sua homenagem, as cidades de Belo Horizonte e São Paulo deram o seu nome a ruas nos bairros Toca e das Indústrias, respectivamente. Em Belo Horizonte, também foi homenageado em 2004 pela Câmara Municipal, com a Medalha Atributo à Utopia, que lembrou as vítimas da ditadura.

Documentos achados no Instituto Médico Legal, laudo de exame de corpo de delito, laudo de exame de lesão corporal do IML São Paulo de 16 de maio de 75, realizado por Vlademar Junior e Roberto Alves, indica lesão leve causada por paulada e tijolada no dia 29 de março de 75. Os dados do laudo não são de Élon, apenas seu nome. Informações tiradas do dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil

O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT -Obrigado, Renan. Nós vamos compor a mesa com militantes e familiares de alguns desaparecidos. Eu gostaria de chamar primeiro José Miguel, está aí? Que é familiar do Élon Costa. Maria Helena, familiar também do Élon Costa. Dina, militante do PCB. E Arnaldo Soares, também familiar do Élon Costa.

Vale lembrar que todas as Audiências da Comissão da Verdade são públicas, e esse é o formato que nós vamos permanecer até o final. Adotamos também o método/formato de depoimento com o tempo livre para os familiares e com uma condução muito sutil do nosso Presidente Adriano, no sentido de garantir toda tranquilidade para que o depoente fale aquilo que ele quiser no tempo que ele quiser, na forma que ele quiser. Então o José Miguel será o primeiro a fazer seu depoimento, dialogar conosco. José Miguel, a gente abre a palavra para você para que você conte da maneira que queira e use o tempo necessário.

O SR. JOSÉ MIGUEL – Muito obrigado. Então nós, os familiares de Élon Costa, estamos aqui os sobrinhos e nossa tia, cunhada de Élon Costa e companheiros dos familiares que compareceram e que é importante para nós saber que todos podem se manifesta e que existe uma abertura e, vamos dizer, para a manifestação, para o tempo e para a multiplicidade desses depoimentos. Então eu quero saudar a Comissão também por esse importantíssimo trabalho que está fazendo e quero dizer que nós familiares esperamos há décadas o momento em que se possa trabalhar para o esclarecimento desses fatos.

O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT -Vamos completar a mesa. A Dina faz a sugestão para que componha a mesa e também a gente abra a possibilidade de falar o Alberto Negri e o Genival.

O SR. JOSÉ MIGUEL – Então, os dados sobre o desaparecimento e algumas iniciativas que foram feitas depois disso foram apresentadas previamente. Nós queremos dizer, podemos contribuir, do ponto de vista de um testemunho, sobre a pessoa e a dedicação de Élon Costa à sua militância. Nós podemos dizer, pela família, que Élon Costa praticamente dedicou a vida à militância ao Partido Comunista Brasileiro, isso se dá pelo menos desde os anos de 1940, no Triângulo Mineiro, passou pela fase do Estado Novo, o interregno democrático seguinte e entrou pela ditadura em plena militância a cada vez respondendo às diferentes situações com uma convicção serena, que é aquilo que sempre nos impressiona a pessoa dele. Élon Costa desaparecia do nosso convívio em determinados períodos, retornava em outros, sempre se fazia presente, quando possível, em reuniões familiares, em que, ao mesmo tempo em que deixava claro o sentido da sua vida dedicada à militância comunista, essa manifestação era feita na forma de uma espécie de limpidez da convicção, que fazia com que esta escolha fosse sempre manifestada por ela da maneira mais transparente e ao mesmo tempo discreta, no sentido de que ele procurava manter a família distante das implicações mais difíceis da sua vida política em vários períodos, clandestina.

Acho que todos que estão aqui certamente falarão sobre esta impressão de uma presença de tal modo, como eu disse, serena na escolha de uma opção política de vida que atravessou a vida inteira, sem nenhuma hesitação diante das situações, as mais difíceis, sempre nos impressionou, a ponto, se me permitem uma coisa muito pessoal, mas muito significativa, eu quando criança minha mãe dava aos filhos, depois do batismo, o direito de escolher o padrinho de crisma, e eu não tive dúvidas em escolher aquele tio que me parecia ligado às coisas importantes e que para mim era uma

espécie de referência de personalidade e, curiosamente, como a criança que não sabe do que está pedindo dele, eu pedi, dentro do código familiar, na verdade era uma declaração de escolha de que ele fosse meu padrinho, e ele aceitou com um sorriso, que sabia da minha inocência no pedido e ao mesmo tempo aceitou e se tornou, para todos os efeitos, embora essa cerimônia nunca tivesse sido oficiada, ele era o meu padrinho e sempre me presenteou em todas as ocasiões com coisas que diziam respeito as minhas atividades e as minhas escolhas de vida. Eu passei a estudar piano, me desenvolvi nisso e tem várias partituras que me foram dadas por ele com dedicatórias muito carinhosas. Com isso eu quero assinalar, o que certamente seria compartilhado por todos, a enorme atenção que ele tinha para com os familiares, para com os irmãos e as irmãs e, como eu disse, sempre de uma maneira a deixar clara a força de convicção do seu papel político.

Então, sem entrar em mais detalhes sobre isso, eu quero dizer também que nos anos de 67 e 68, quando eu passei a ser estudante universitário na Faculdade de Filosofia da Maria Antônia e também a Maria Helena nesse mesmo período se tornou estudante, esse foi um período novo para nós porque nós conhecemos, quer dizer, participamos do fervilhante Movimento Estudantil onde, quando eu entrei na Maria Antônia o Partido Comunista parecia, entre as correntes políticas do movimento, como a tendência mais moderada das correntes que ali se colocavam. Então havia uma visão, vamos dizer, negativa. O espectro do ativismo político no Movimento Estudantil colocava como se fosse o Partido Comunista no ponto mais a direita do mundo conhecido, digamos, para efeitos do imaginário do Movimento Estudantil. E isso, de certo modo se refletiu nas nossas conversas com ele, como se a gente tivesse passado a fazer parte de um mundo mais avançado que o dele porque, evidentemente, era uma mera excitação estudantil do período, mas eu digo isso só para afirmar que ele se colocava em uma posição contrária à luta armada como era a posição do Partido e como ele certamente afirmaria.

Quer dizer, os fatos que nós estamos examinando aqui correspondem a um momento da ação dos aparelhos repressivos em que elas atacaram organizações que não praticavam a luta armada. Isso eu acho que, portanto, o desvendamento desses fatos desmascara como um todo a atividade repressiva porque ela desqualifica a suposição de que se tratava de lutar um bom combate contra militantes armados. O fato de que essas violências sejam cometidas contra aqueles que não adotavam a luta armada, portanto desqualifica tanto essa afirmação, tanto a este quanto contra, em relação a todos. Ou seja, essa Comissão, se ela entrar no esclarecimento desses episódios, isso tem um efeito sobre toda a sustentação do argumento pelo qual se justifica, do ponto de vista do aparelho repressivo, tanto as ações que foram feitas naquele período quanto o silêncio que quer se manter sobre isso.

Quero dizer também, que com sua serenidade, que nos era tão notável, O tio Éelson me disse várias vezes, e disse à Maria Helena e certamente ao Arnaldo, que ele, de certo modo, se orgulhava

de resistir à tortura. Ou seja, certamente tinha passado por prisões, torturas no período do Estado Novo, mas certamente, desde 64, como foi relatado aqui pelas prisões que passou. Havia nisso uma espécie de orgulho discreto, mas que ele reconhecia como uma capacidade pessoal. Disse à Maria Helena também, que compreendia quem não suportasse a tortura, mas que, de algum modo, tinha para si mesmo como valor o fato de suportar a tortura.

Por isso, para mim é significativo este depoimento do Ex-Sargento Marival, que falará aqui na Comissão, que ele passa 20 dias sendo torturado nessa chácara em Itapevi. Isso para mim ressoa nessas conversas que tivemos. A julgar por isso, do ponto de vista muito pessoal, eu acredito neste dado e acho que, em suma, justamente isso eu quero afirmar também, contra as afirmações infamantes e baseadas em um princípio de confucionismo reconhecível, a versão de que ele teria sido sequestrado por membros do próprio Partido comunista e depois morto em enfrentamento armado, ou que, como na infamante matéria publicada na Isto É independente a 31 de março de 2004 dizendo que ele teria se evadido para o Paraná onde viveria, continuaria vivendo e que a família não teria, por sua vez, reagido de maneira confiável, ou seja, em suma, essa matéria diz que, ao contrário das demais famílias, os parentes de Élon Costa não se mobilizaram para encontrá-lo. Essas insinuações ou afirmações têm que ser aqui veementemente repudiadas. A viúva e irmãos procuraram todos os meios possíveis, seja na interpelação de autoridades, seja através do recurso a pessoas que eventualmente poderiam informar. Nós tínhamos um amigo da família, também do Triângulo Mineiro, chamado Astolfo Araújo, conhecido médico cirurgião, que foi Deputado pela Arena e que tinha ligações com o capelão do Segundo Exército e que teria se mobilizado no sentido de encontrar, localizar o paradeiro de Élon Costa e que a certa altura, nos parece, no final de fevereiro de 75, nos induz, sugere que as buscar sejam abandonadas sem dizer propriamente o que se passou.

Eu, que sou amigo de uma das filhas de Calim Eid, braço direito de Paulo Maluf, e prezo muito essa minha amiga, ela me ajudou perguntando ao pai sobre a possibilidade dessa localização. A resposta que nos veio foi, em um primeiro momento, animadora. Que ele tinha sido localizado, que tinha sido preso e que seria localizado. Depois eu recebi um telefonema pessoal de Calim Eid dizendo que tinha sido um rebate falso, um engano, que na verdade ele não estava preso como se pensava. Eu interpreto também esse duplo movimento para o momento de afirmação e depois de desconfirmação como um indício desta prisão e desaparecimento, sumiço e morte durante esse período.

Quero dizer também que, no mesmo ano de 1975, eu, que trabalhava como editor assistente de cultura do Jornal Movimento, recebemos, recebeu-se na redação do jornal informações, que nunca foram publicadas, era um jornal censurado, evidentemente, informações que coincidem totalmente com essas do depoimento do Ex-Sargento Marival muitos anos depois. Nos mesmos

termos de tortura bárbara, corpo queimado em álcool, injeção para matar cavalo e o corpo atirado ao Rio. Portanto, este também eu considero um indício, digamos, confirmatório dessa história tal como está sendo contada, e que esperamos que justamente se possa avançar no entendimento desse processo ou dessa etapa terminal desse processo de luta armada que se deu aqui, no caso, como eu disse, com organizações que não propriamente tinham aderido à luta armada.

Eu acho que, pessoalmente, é o que eu teria a dizer e passo a palavra então aos demais.

A SRA. MARIA HELENA SOARES DE SOUZA - Meu nome é Maria Helena Soares de Souza. Eu sou filha de uma irmã dele, Zaílda Soares de Souza. Minha mãe e o outro irmão dele, Milton Costa, publicaram um anúncio no Estado de São Paulo na época dando a notícia do desaparecimento e os telefones da cada da minha mãe e do local de trabalho do tio Milton. O Rui Mesquita não cobrou este anúncio, ele publicou mais de uma vez, e a polícia baixou na nossa casa de madrugada e tal. Para estender essa história, o último depoimento feito pela minha mãe na polícia foi em agosto de 1975, quando a morte dele já tinha ocorrido. Isso é uma coisa clara de dizer, não, não fizemos isso, também estamos procurando e obrigando a família a passar por esses depoimentos nocivos, constrangedores e muito difíceis. Isso é uma coisa.

A outra coisa, eu queria falar um pouco da tia Aglaé, a esposa dele que é viva, está com 92 anos, lúcida, uma mulher maravilhosa, até para contar um pouco como é que era este homem. Ele a chamava carinhosamente de Catarina, e quando ele foi preso no Rio de Janeiro, ele não foi preso em 1970 não, ele foi preso em 69, ela ficou hospedada na minha casa. Ela ficou comigo um ano, o tempo que ele ficou lá e depois ele foi para Juiz de Fora. E eu vi como é que as coisas eram. Já que eles, dentro da cadeia, dentro da prisão eles tinham que trabalhar a cabeça, trabalhar o corpo, eles ensinavam, liam, trocavam informações ali dentro. Só que os jornais não entravam, então minha tia fazia uma espécie daquele filme (ininteligível) no número, ela praticamente decorava a notícia de jornal para contar para ele o que estava no jornal sem dar interpretação pessoal. Uma coisa de amor belíssimo. Toda semana nas visitas ela cozinhava, a gente cozinhava junto, ficava conversando, e ela ficava na véspera decorando o jornal, ouvindo notícias, decorando coisas para contar fielmente para ele. Eles não tiveram filhos, foi uma opção, ele entrou com 17 anos no Partido Comunista e eles optaram por isso, mas, o significado da família, do amor familiar, estava muito com essa Senhora, essa mulher maravilhosa, lutadora, que tentou o máximo que pode, até onde deu. Ela não queria ser indenizada pelo Estado, a gente brigou com ela, não, tem que ser indenizada, porque quando sair à indenização o Estado está dizendo, sim, somos culpados. E aí ela distribuiu aquele dinheiro que recebeu, porque não aguentava ficar com aquele dinheiro com ela.

O tio Élon era uma pessoa maravilhosa. Essa semana eu conversei com ela ao telefone, nos últimos tempos, ela está morando em Goiás, nos últimos tempos ela não queria mais falar sobre esse assunto. O Zé Miguel foi visita-la e eu acho que quebrou o gelo. E aí, tenho conversado com ela, e lá pelas tantas eu disse, puxa você teve uma vida sacrificada. Ela disse, não, eu tive um privilégio. Eu conheci um homem que a postura política dele era a postura humana. Ele era um cara que acreditava na bondade e na distribuição igualitária de bens na distribuição igualitária de afetos, e de viver bem. Eu achei muito bonito isso, ouvi isso da tia Cila, que está ali sentada, ela disse, você não faz ideia da maravilha que esse homem era. Eu faço ideia sim. A gente tinha adoração por esse homem. A minha irmã me disse ontem ao telefone, ele era maravilhoso e eu o adorava. Eu entendo isso. Além de ele ser o nosso herói ele era uma pessoa calma, pacífica e linda. Ele era muito bonito, olhos azuis, ele era muito bonito. E uma pessoa amorosa com as pessoas. A última vez que eu o vi foi na casa do meu irmão Arnaldo e eu fiquei aborrecendo ele por causa do partidão e lá pelas tantas ele disse, você não é revolucionária. Você andou em passeata, acha que fez muito, e sabe o que eu quero de você? Não deixe que seus filhos sejam reacionários. É tudo o que você precisa fazer na vida. Eles precisam saber o Brasil que eles têm e o Brasil que queremos ter. Essa foi a última conversa que eu tive com ele, e pito e mel, que depois pegou o meu filho, beijou, abraçou e foi amoroso o resto do dia. Foi o último contato que eu tive com ele.

Eu queria deixar isso aqui registrado para entender que homem era esse e com qual mulher ele vivia. Eu quero levar as coisas para ela, se vocês puderam até fornecer vídeos, tal, eu gostaria que ela pudesse, ela me pediu muito isso. Ela disse, eu quero saber tudo. Tudo. Eu quero saber tudo, ela disse. Não me esconda nada. Eu quero saber tudo. Eu fiquei surpresa com os documentos porque eu estou com atestado de óbito, de nascimento, de casamento, e eu fiquei surpresa que ela soubesse a notícia, porque a gente tentou que ninguém soubesse. As irmãs pelo menos. A minha mãe a gente não deixou, não é, Arnaldo? Mas ela sabia, ah, está lá no documento. Então, eu imagino, foi muito sofrimento. Muito sofrimento. A gente está agora na hora de ficar em paz. Eu quero ter o direito de jogar flores em Avaré se for isso mesmo. Até ter o direito de pedir ao Estado que recolha os ossos que estão lá, porque não adianta cortar os pedaços, o DNA está lá. A gente tem o direito de saber isso.

É isso que eu queria dizer. A Comissão está fazendo um trabalho maravilhoso, tem sido bastante elogiado. A gente tem um atestado de óbito e o atestado de óbito diz assim, desaparecido. Assim como o Rubens Paiva vai conseguir, assim como o Wladimir Herzog vai conseguir, a gente quer um atestado de óbito verdadeiro, assassinado por tortura. Como assim, desaparecido? O que é isso? É uma cara de pau muito grande de o Estado ter um documento desses. O Estado não é uma pessoa, mas o Estado como jogar a sujeira debaixo do tapete, botar todos os móveis em cima e achar que é para ficar todo contentinho porque afinal tem um atestado e ela recebeu essa

indenização, que ela não usou. Ela recebeu para ter o direito de dizer, o Estado disse que sim, que o matou. E eu queria que o atestado de óbito tivesse a verdade escrita. Eu acho que nós todos queremos.

O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT -Muito obrigado, Maria Helena. Obrigado. José Miguel. Antes de passar para o Arnaldo eu quero registrar que tanto o pedido do Zé Miguel quanto da Maria Helena serão encaminhados pela Comissão. O Miguel sugere e pede para que a Comissão negue historicamente, veementemente as insinuações da Revista Isto É, e a Maria Helena faz agora o pedido fundamentalmente imprescindível para a luta da nossa Comissão, que é um atestado verdadeiro, historicamente verdadeiro.

Eu quero passar a palavra para o Arnaldo.

O SR. ARNALDO – Bom, a gente já ouviu basicamente tudo o que é importante com relação ao tio Élson. Eu acho que não há nenhuma necessidade de eu estender esse assunto. Eu gostaria de passar a palavra para os demais. Só registrando que o tio Élson era uma figura maravilhosa e a gente precisa saber o que aconteceu na realidade, embora existam os indícios.

O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT -Obrigado, Arnaldo. Nós vamos ler os memoriais ou podemos passar? As próximas testemunhas depoentes eles vão falar não de um único caso, mas de alguns, e relatar histórias do momento daquela organização do Partido Comunista Brasileiro. Então agora faz necessário a gente ler os memoriais dos oito, são nove hoje, lemos do Élson, vou ler dois oito depoentes. A gente fica aqui ou vocês acham que é melhor... Porque demora muito. A gente senta lá e depois compõe a mesa novamente.

O SR. RENAN QUINALHA - E só para esclarecer, gente, às vezes a leitura do memorial parece cansativa, mas é necessário porque mostra que houve já uma busca dos familiares, informações já acumuladas e que a gente não está começando do zero nos trabalhos aqui na Comissão, mas que de fato a gente está partindo desse acúmulo de informações e dessa luta já constituída dos familiares.

O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT -Renan, antes de você começar, só uma pequena falha da mesa, registrar aqui a honrosa presença dos nossos queridos companheiros, ex-militantes e também até hoje militantes alguns e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro.

O SR. RENAN QUINALHA – Então eu passo a leitura do Memorial David Capistrano da Costa, desaparecido em 19 de março de 74. Ele nasceu em 16 de novembro de 1913, na cidade de Jacampari, distrito do Município de Boa Viagem, no Ceará. Era casado com Maria Augusta de Oliveira, militava no PCB, Partido Comunista Brasileiro. Dados Biográficos. David foi para o Rio de Janeiro com 13 anos de idade e até entrar no Exército, em 31, trabalhou em bares e botequins. Nesse ano, como cabo e aluno da Escola de Aviação, conheceu o Tenente Ivan Ribeiro, que intermediou seu ingresso no Partido Comunista. Participou da ANL, Aliança Nacional Libertadora e da Revolta de 31, sendo preso, processado e condenado.

Em 1936 fugiu da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, onde cumpria pena, e foi para a Espanha integrando a Brigada Nacional contra o Fascismo. O republicanismo espanhol, ao dispensar as brigadas internacionais em 38 acabou por levar David para França onde lutou junto à Resistência Ocupação Nazista. Em 46, David Capistrano se elegeu Deputado Estadual em Pernambuco e passou a ser um dos dirigentes do PCB. Casou-se com Maria Augusta de Oliveira, Comunista da Paraíba. Vieram para São Paulo clandestinos, pois em 47 o registro do PCB é cassado. Mais tarde foi para o Rio e foi estudar na antiga União Soviética. Volta ao Brasil em 57, esteve em diversas regiões do País, até que em 64, com o golpe militar, David passou a ser perseguido tendo sido cassado os seus direitos políticos em junho daquele ano. Passou a atuar na clandestinidade. Em 72 foi para a então Tchecoslováquia como representante do PCB. Em 74 foi substituído por ter problemas de saúde. Queria voltar ao Brasil. Dados sobre sua prisão e desaparecimento. David voltou clandestinamente ao Brasil em março de 74, desaparecendo ao longo do percurso entre a cidade de Uruguaiana e São Paulo, quando viajava de carro dirigido por outro militante comunista, José Roman. A companheira de David Capistrano, Maria Augusta, foi avisada que ele havia saído de Uruguaiana em 15 de março em companhia de José Roman, que foi até lá em um carro Volkswagen com o objetivo de transportá-lo até São Paulo, onde encontraria sua família. Em 19 de março, Lídia, esposa de José Roman, recebeu um telegrama do seu esposo dizendo que a operação tinha sido bem sucedida e que estava voltando. Em 21 de março seu filho, filho de José Roman, chamado Luís, recebeu um telefonema dizendo que seu pai se encontrava preso. Após essa data nem David nem José Roman foram vistos ou entraram em contato com seus familiares. Providências tomadas pelos familiares. Lídia Roman registrou queixa sobre o desaparecimento na delegacia de Polícia de Itaim Bibi, bairro de São Paulo, Capital. Procurou em diversos órgãos de segurança, mas não obteve nenhuma

informação. Maria Augusta de Oliveira, assim como Lúcia, entraram com pedido de habeas corpus em 25 de março de 74 por meio do advogado Aldo Lins e Silva, mas os órgãos de repressão negaram sua prisão. Em 19 de julho de 74 o Presidente da França Giscard d'Estaing enviou carta ao Governo brasileiro pedindo intervenção para preservar a vida de David Capistrano por ser ele herói de guerra, por ter combatido o nazismo naquele País. A Embaixada Brasileira negou a prisão de David e informou desconhecer seu paradeiro. O Papa Paulo VI enviou ao Rio de Janeiro missionários para tratar diretamente com o Presidente da República General Ernesto Geisel, esse e outros casos de desaparecimento por motivação política. E sete de agosto de 74 os familiares fizeram uma reunião com o General Goberyl do Couto e Silva, encontro esse que foi intermediado pelo então Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Arns. Naquela ocasião o general se comprometeu a dar uma resposta até o final do mês, o que nunca aconteceu.

Informações dada por agentes policiais publicadas na imprensa. Em entrevista a Revista Isto É de primeiro de abril de 87 o ex-médico e torturador Amílcar Lobo, que servia no Quartel da Polícia do Exército no Rio de Janeiro, onde funcionou o DOI-CODI, declarou que assistiu a diversos presos nas dependências de uma casa à Rua Arthur Barbosa, em Petrópolis, conhecida como casa da morte. Procurada pela filha de David Capistrano, Maria Carolina, Amílcar Lobo contou que seu pai foi torturado nas dependências daquela casa vindo a falecer em consequência das torturas. Marival Dias Chaves do Canto, Ex-Sargento integrante do DOI-CODI São Paulo, em entrevista à Revista Veja de 18 de novembro de 92, declarou que David Capistrano esteve preso do DOI-CODI do Rio de Janeiro e de lá foi levado para a casa da morte junto com José Roman, onde foi executado e esquartejado, tendo seus restos mortais ensacados e jogados em um rio.

No dia 26 de setembro de 92 foi encontrado um documento nos arquivos da Secretaria de Justiça do Rio de Janeiro no prontuário número três mil 579 no qual constata-se que David Capistrano esteve preso pelo menos alguns meses depois de seu desaparecimento ou prisão e estava preso no dia 16 de setembro de 74. No relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao então Ministro da Justiça Maurício Coreia, em 93 consta que, desapareceu em São Paulo no dia 16 de março de 74. Pertencia ao Comitê Central do Partido Comunista, tendo sido preso na unidade de atendimento do Rocha em São Paulo. A Revista Isto É de 31 de março de 2004 relata que o desaparecimento dos dirigentes do PCB fazia parte de uma investida contra o Partido, cujo comando da operação ficou a cargo do chefe do DOI, Coronel Aldir dos Santos Maciel, codinome Doutor Silva. O objetivo dessa ação era prender e executar os membros do Comitê Central do PCB sem deixar pista. Os assassinatos ocorreram em chácaras clandestinas para facilitar a ocultação de cadáveres. Apelidada de operação radar resultou na morte de 11 membros do Comitê Central. Além de destruir as gráficas clandestinas do Partido, a repressão desmantelou seus diretórios nos estados em operações que prenderam 679 pessoas. Segundo declarações de Marival Chaves, ex-agente do

DOI-CODI São Paulo, na Revista Isto É em 24 de março de 2004, em reportagem intitulada Os Matadores, em 74, quando trabalhava em São Paulo, Marival disse ter visto o Coronel Brant, José Brant Teixeira, chegar ao DOI-CODI com os dirigentes comunistas José Roman e David Capistrano, presos quando tentavam regressar ao Brasil pela fronteira do Uruguai. Segundo ele, ambos foram transferidos para a Casa da Morte de Petrópolis, onde foram assassinados. Seu nome, David Capistrano, consta no anexo da Lei 9140 de 95 como reconhecimento de sua prisão e morte sob-responsabilidade do Estado. São informações tiradas do dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos da Comissão de Familiares.

A SRA. VIVIAN MENDES – Bom dia. Eu sou Vivian Mendes, também sou Assessora Técnica da Comissão da Verdade de São Paulo.

Hiram de Lima Pereira, desaparecido em 15 de janeiro de 1975. Hiram de Lima Pereira nasceu em três de outubro de 1913 em Caicó, no Rio Grande do Norte, no Brasil. Era casado com Célia Pereira, com quem tinha quatro filhas. Tinha como nomes falsos Arthur da Costa, José Vanildo de Oliveira Almeida e José Icipião. Na organização política ele estava no Partido Comunista Brasileiro, PCB. Dados Biográficos. Foi Secretário de Administração da Prefeitura de Recife nas gestões de Miguel Arraes, de Pelópidas da Silveira e de Liberato Costa Júnior no período de 1959 a 1964. Mudou-se para São Paulo depois do golpe militar de 64, vivendo a partir daí a clandestinidade. Não vivia com a família, mas mantinha contatos com frequência. Dados sobre sua prisão e desaparecimento. No dia 15 de janeiro de 1975, Célia Pereira, esposa de Hiram, foi sequestrada às seis horas da manhã por dois homens que invadiram a casa de sua filha, onde ela se encontrava. Os homens se identificaram como sendo da OBAN, DOI-CODI São Paulo, sem revelarem seus nomes. No trajeto da casa até a OBAN, o carro que a conduzia, um Opala azul colidiu em um cruzamento, ocasião em que ela teve oportunidade de ouvir que um dos sequestradores era capitão do Exército. Foi interrogada e torturada até o dia 17 e às 14 horas foi solta. Célia percebeu que o Hiram tinha sido preso, e a partir daí passou a procurá-lo. Providências tomadas por seus familiares. Procuraram os advogados Maria Luiza Bierrenbach e José Carlos Dias, que peticionaram a primeira auditoria da segunda circunscrição judiciária militar em uma tentativa de encontrar o paradeiro de Hiram. Célia escreve uma carta à Comissão de Justiça e Paz pedindo ajuda. Célia procurou o QG do Segundo Exército de onde foi encaminhada por um coronel para o DOPS São Paulo, onde o Hiram estaria detido. Chegando ao DOPS São Paulo disseram a Célia que Hiram não estava lá. Escreveu uma carta ao Ministro da Justiça Armando Falcão, datada de 14 de março de 1975 pedindo informações sobre o paradeiro de Hiram e denunciava as situações, torturas e ameaças sofridas por elas e suas filhas. Agentes policiais. O ex-agente policial do DOI-CODI São

Paulo, Marival Dias Chaves do Canto, em entrevista Veja em 18 de novembro de 1992 diz que Hiram teria sido preso e levado para Itapevi, centro clandestino da repressão. Documentos dos órgãos de repressão. Relatório do Ministério do Exército e da Marinha encaminhado ao então Ministro da Justiça Maurício Correia, em 1993, em março de 1991, reportagem veiculada pelo Jornal do Brasil relata que na abertura dos arquivos do DOPS São Paulo, os pesquisadores descobriram no prontuário no nominado um extrato bancário do dia 28 de janeiro de 1975. No extrato bancário está escrito o nome falso de Hiram, José Vanildo de Oliveira Almeida, concluindo que está provavelmente foi a data de sua morte. Ministério do Exército. Em abril de 1975 foi preso por agentes de segurança. Seu nome consta no anexo da Lei 9140 de 95, o que significa reconhecimento da responsabilidade do Estado por sua prisão e morte. Informações retiradas do dossiê Ditadura Mortes e Desaparecidos Políticos.

O SR. RENAN QUINALHA – João Massena Melo, desaparecido em três de abril de 74. Nascido em 16 de agosto de 1919 em Água Preta, à época Distrito de Palmares, Ceará, Brasil. Organização Política, Partido Comunista Brasileiro, PCB. Dados Biográficos. Começou a se interessar pela política na adolescência, quando trabalhava como operário tecelão na Fábrica de Tecido Nova América. Posteriormente tornou-se metalúrgico. Antes trabalhou como balconista na baixada fluminense. Durante a ditadura do Estado Novo ficou preso na Ilha de Fernando Noronha, onde conviveu com Agildo Barata e Carlos Marighella. Em 47 foi eleito Vereador no então Distrito Federal. Casou com Ecila Francisca Massena Melo, com quem teve três filhos. Em 62 foi eleito Deputado estadual pelo então Estado da Guanabara pelo Partido Social Trabalhista, PST. Com o golpe de 64 foi novamente cassado conforme Artigo 10 do AI-1 de nove de abril de 64. Em 70 foi preso e muito torturado sob acusação de estar reorganizando o Partido. Sua família foi presa e levada para Ilha das Flores. Sua casa foi saqueada, chegou a ser levado para Ilha das Cobras, foi solto em 73, ficou morando no Rio com a família.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Permaneceu com a família no Rio e viajou para São Paulo em 19 de março de 74, onde foi preso em três de abril daquele mesmo ano. Desapareceu desde então. Providências tomadas pelos familiares. Em 24 de junho de 74, sua filha, Alice Massena Melo, escreveu uma carta ao Presidente da República, General Ernesto Geisel, solicitando informações sobre o paradeiro de seu pai. A família impetrou habeas corpus no STM, Supremo Tribunal Militar, protocolado com o número 31242, que foi distribuído para o Ministro Alcides Carneiro, mas foi negado sob a alegação de que Massena não se encontrava preso em nenhuma dependência militar. A família ainda tomou, como os demais familiares, todas as providências, como ir aos conhecidos órgãos de repressão política, aos hospitais de emergência, cemitérios,

institutos médicos legais, mas não obteve nenhuma informação sobre seu paradeiro. Seu nome consta também no anexo da Lei 9140 de 95, e seu caso foi protocolado sob número 195 de 96. Informação dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos.

A SRA. VIVIAN MENDES – José Montenegro de Lima, desaparecido em 29 de setembro de 1975. José Montenegro de Lima nasceu no dia 27 de outubro de 1943 na cidade de Itapipoca, na no Ceará, no Brasil. Militava na Organização Política Partido Comunista Brasileiro, PCB.

Dados biográficos. Era participante ativo do Movimento Estudantil em Fortaleza quando estudava na Escola Técnica Federal do Ceará, e conhecido como Magrão. Integrou a diretoria da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais, o UNETI. Como no golpe Militar de 64, foi indicado pelo IPM, Inquérito Policial Militar, o que lhe impediu de concluir o curso. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a viver na clandestinidade. A partir daí, dedicou-se a Organização da Juventude Comunista. Em 1970, dadas às prisões de vários membros do PCB, Montenegro mudou-se para São Paulo, onde viabilizou a saída para o exterior de vários dirigentes ameaçados de serem presos. Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Com as prisões generalizadas dos dirigentes do PCB devido à operação radar, operação dos DOI-CODI de todo o País para sequestrar e desaparecer com os dirigentes do PCB, José Montenegro de Lima foi preso em 29 de setembro de 1975 em São Paulo. No livro Brasil Nunca Mais, encontram-se as seguintes informações sobre Montenegro. Pesquisador de Mercado, foi preso em 29 de setembro de 1975 em sua residência no bairro da Bela Vista, São Paulo, por quatro agentes policiais e foi testemunhado por seus vizinhos e conhecidos. Posteriormente, em interrogatório judicial, Genivaldo Matias da Silva, em processo dos PCB, assegurou ter visto José Montenegro de Lima nas dependências do DOI-CODI do Segundo Exército.

Em A Ditadura Encurralada, Hélio Gaspari relatou que, no final de setembro, de acordo com a documentação oficial do Segundo Exército, havia 12 presos na carceragem do DOI de São Paulo. Pelo menos dois prisioneiros estavam em outra escrita, a de calabouços clandestinos. José Montenegro de Lima, encarregado da reconstrução do aparelho gráfico onde se voltaria a imprimir A Voz Operária, foi capturado na Bela Vista. Viram no DOI. Transferido para o sítio do CIE, na Rodovia Castelo Branco, assassinaram-no com uma injeção de matar cavalos. Agentes policiais, Marival Dias Chaves do Canto, Ex-Sargento e ex-agente do DOI-CODI de São Paulo, em reportagem de Expedito Filho publicada na Revista Veja de 18 de novembro de 92, o último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima, mas esse é um caso especial, porque mostra que dentro dos órgãos de repressão também havia uma quadrilha de ladrões. Logo depois da invasão da gráfica do Voz Operária, Montenegro recebeu do Partido 60 mil dólares para

recuperar uma estrutura de impressão do jornal. Uma equipe do DOI prendeu Montenegro, matou com a injeção para matar cavalos e depois foi na sua casa pegar os 60 mil dólares. O dinheiro foi rateado com a equipe do DOI. Seu nome consta no anexo da Lei 9140 de 95, Lei dos Desaparecidos Políticos, ou seja, o Estado reconhece sua morte sob sua responsabilidade. Informações retiradas do dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil.

O SR. RENAN QUINALHA – José Roman, desaparecido em 19 de março de 74 juntamente a David Capistrano. José Roman, nascido em primeiro de outubro de 1904, na cidade de Jaú, São Paulo, Brasil. Era casado com Lídia Pratavieira Roman. Organização Política, Partido Comunista Brasileiro, PCB.

Dados biográficos. José Roman tinha dois filhos do seu casamento com Lídia Pratavieira Roman. Foi metalúrgico durante alguns anos e participava do sindicato da categoria. Mais tarde trabalhou como corretor de imóveis. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a exercer a função de motorista do PCB. Em 1966 voltou para São Paulo e continuou exercendo suas atividades partidárias.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Encontra-se desaparecido desde que foi buscar David Capistrano, membro do Comitê Central do PCB, na cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, em março de 74. Seu filho Luís recebeu no dia 21 de março de 74, um telefonema que informava sobre a prisão do pai. Mais informações a gente remete ao caso de David Capistrano, que já foi lido no memorial.

O nome de José Roman consta no anexo da Lei 9140 de 95, como reconhecimento de sua prisão e morte sob sua responsabilidade do Estado. Informações retiradas do dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos da Comissão de Familiares.

A SRA. VIVIAN MENDES – Luís Inácio Maranhão Filho, desaparecido em três de abril de 1974. Luís Inácio Maranhão Filho nasceu em 25 de janeiro de 1926 em Natal no Rio Grande do Norte e fazia parte do Partido Comunista Brasileiro, PCB.

Dados biográficos. Era casado com Odete Roselli Garcia Maranhão. Advogado, professor do Ateneu Northeriogrاندense, onde havia estudado, na Fundação José Augusto e da UFRN. Colaborou com diversos jornais, particularmente o Diário de Natal e publicou vários artigos na Revista Civilização Brasileira. Em 1945 entrou para o PCB. Em 1952 foi preso pela Aeronáutica em Parnamirim, Rio Grande do Norte, e foi muito torturado. Sua história constitui um capítulo do

livro A História Militar do Brasil, de Nelson Werneck Sodré. Em 1958 foi eleito Deputado estadual pela legenda do Partido Trabalhista Nacional, PTN, desempenhando o mandato até 1962.

No início de 1964 visitou Cuba a convite de Fidel Castro. Ao voltar, com o golpe de 1964, Luís Inácio foi preso e submetido à tortura. Ficou preso na Ilha de Fernando de Noronha juntamente com Miguel Arraes, ambos cassados em seus direitos políticos. Ao sair da prisão, passou a viver na clandestinidade no Rio de Janeiro. No sexto Congresso do PCB, em 1967, foi eleito membro do Comitê Central. Atuou muito próximo da igreja católica. Mantinha contatos com Roger Garaudy, filósofo filiado ao PCF.

Dados sobre a sua prisão e desaparecimento. Luís Maranhão foi preso no dia três de abril de 1974 em uma Praça em São Paulo, na capital. Pessoas que presenciaram a cena informaram que ele foi algemado e conduzido por agentes policiais. Providências tomadas por seus familiares. Odete Maranhão, sua esposa, constituiu como advogado Aldo Lins e Silva. Buscou informações em diversas delegacias, entidades e autoridades. Conseguiu até uma audiência com o General Ednardo D Ávila, então Comandante do Segundo Exército, que lhe disse ter procurado Erasmo Dias, Coronel do Exército e Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, mas não houve nenhuma informação. Eles lhe garantiram que Inácio não estava sob a responsabilidade de seus comandos. Seu nome consta no anexo da Lei 9140 de 95 e seu caso foi protocolado com o número 043/96. Informações retiradas do dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos.

O SR. RENAN QUINALHA – Nestor Vera ou Nestor Veras, desaparecido em abril de 75. Nasceu em 19 de maio de 1915 na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Tem um sobrinho que reclama por seus restos mortais Omene Veras Martins, que fez um apelo para Presidenta da República Dilma Rousseff no sentido de resgatar os restos mortais de Nestor Vera. Organização Política, PCB, Partido Comunista Brasileiro.

Dados biográficos. Nestor era integrante do Comitê Central do PCB, encarregado do setor camponês. Era membro da direção da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. Casado pelo AI-5 e condenado há cinco anos durante a ditadura militar, passou a viver na clandestinidade.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Foi preso em frente a uma drogaria em Belo Horizonte, Minas Gerais, em abril de 75. Desde então encontra-se desaparecido. Agentes policiais. Claudio Guerra, Ex-Delegado do DOPS Espírito Santo, declarou no ano de 2012, publicado no livro Memórias de uma Guerra Suja, e em gravações de um vídeo no Youtube, sobre Nestor Veras. Cumprindo ordens superiores, fui o responsável pela execução de Nestor Veras. Estou lúcido e quero tentar reparar, no que for possível, meus terríveis erros do passado. Estou à disposição e

tenho esperanças de achar uma mata próxima a Belo Horizonte, localizada na Rodovia que liga Belo Horizonte a Itapevi, o local que há 37 anos, lamentavelmente, atirei e enterrei Nestor. Seu nome consta da Lista de Desaparecidos Políticos do Anexo um da Lei 9140 de 95. Seu caso foi protocolado com o número 212/96 na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu seu nome a uma rua no bairro Serra Verde. Informações tiradas do dossiê ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil.

A SRA. VIVIAN MENDES – Walter de Souza Ribeiro, desaparecido em três de abril de 1974. Walter de Souza Ribeiro nasceu em 24 de setembro de 1924 em Teófilo Otoni, Minas Gerais. Militava no Partido Comunista Brasileiro, PCB.

Dados biográficos. Era casado com Adalcy Byrro Ribeiro, com quem teve três filhos, Marco, Marina e Marcelo. Ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras no Rio de Janeiro, tornando-se oficial de artilharia do Exército. Foi reformado em 28 de janeiro de 1950 por incompatibilidade com oficialato por haver assinado um documento em defesa da paz mundial.

Em 1959 mudou-se para Brasília, no Distrito Federal, ainda em construção, onde trabalhou como funcionário da NOVACAP, até 1964, foi demitido por força do AI-1. Era membro do Comitê Central do PCB e atuava na clandestinidade.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. No livro *A Ditadura Derrotada*, de Hélio Gaspari, no dia três de abril de 1974, Walter de Souza Ribeiro saiu de uma reunião em uma casa em cuja havia pessoas consertando a fiação de postes. Foi a um ponto conversar com Luís Inácio Maranhão, Ex-Deputado estadual pelo Rio Grande do Norte, defensor da anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República e amigo pessoal do Cardeal Eugênio Sales. Maranhão era assim uma espécie de chanceler do partidão. Também iria a esse encontro João Massena Melo. Sumiram todos. Providências tomadas pelos seus familiares. A família, por meio do então Deputado federal Fabio Fonseca, telefonou para o General Gentil Marcondes, chefe do Estado Maior do Segundo Exército no Estado de São Paulo. Este informou que o Walter se encontrava preso. Em 23 de maio o irmão de Walter, major Tibúrcio Geraldo veio a São Paulo para falar com o general Gentil Marcondes em uma tentativa para visitar o irmão preso. Recebeu do general a resposta de que Walter não se encontrava preso. A família entrou em contato com o depurado federal Freitas Nobre em 31 de maio, que afirmou ter obtido a notícia de que Walter estivera no DOPS São Paulo naquele mês, por meio do Sindicato dos Jornalistas. Seu nome consta no anexo da Lei 9140 de 95 e o caso foi protocolado com o número 0204/96. Informações retiradas do dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil.

O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT -Vamos recompor a mesa. Chamar a Dina, o Alberto Negri, o Genivaldo, Albertina, que acabou de chegar, e a neta do David Capistrano, a Jornalista Cecília Capistrano.

A primeira a dar o testemunho, ex-militante do PCB, Dina.

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA – Bom dia a todos. Antes de fazer o meu depoimento, eu queria fazer duas breves considerações sobre que disse o sobrinho do Élson Costa. O primeiro é que havia um código da internacional comunista, não sei se era escrito ou se era apenas de tradição, mas o Lênin considerava os PCs como o exército do proletariado em nível internacional e, nesse código, uma das coisas importantes era não entregar nenhum companheiro. Isso era considerado um ato de grande heroísmo e, em geral, quem era escolhido para ir para as direções do Partido tinha que, de alguma maneira, ter sido provado que a pessoa consegue realmente aguentar tortura, tal. Então isso era uma coisa generalizada.

O segundo que eu queria comentar é que, o Bernardo Kucinski, que é irmão da Ana Rosa Kucinski, que não era do PCB, mas foi morta junto com o marido Wilson Silva na mesma época que os nossos companheiros do PCB, e a família saiu à procura dela e o Bernardo escreveu um livro recentemente, que chama K, e essa coisa que os familiares do Élson Costa comentaram de que as pessoas prometiam ajudar, tentar tirar as pessoas dos porões da ditadura e depois vinham com a resposta de que não era possível era uma das estratégias, era uma das táticas em todos esses casos dos desaparecidos. Quer dizer, ao longo da história da repressão no Brasil nós tivemos várias fases. Na ditadura do Getúlio havia muitos casos de gente que se jogava do quinto andar do DOPS. Não sei se vocês sabem disso. Quer dizer, se jogavam, entre aspas. No começo, quando começou a repressão aos grupos armados na década de 60, todos eles foram mortos porque eles tentavam fugir quando presos. E depois, com os desaparecidos houve essa coisa de que várias pessoas prometiam que iam ajudar, que iam ver, que não sei o que e nunca saía nada. Então eu queria fazer esse comentário, que isso é uma coisa mais geral das táticas, estratégias que a repressão usava e não um caso específico no caso do Élson Costa.

O SR. – (ininteligível).

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA – Tem um monte de gente aqui, eu achei que deveria falar isso. Bom, eu entrei no PCB muito nova, aos 14 anos de idade, como secundarista e eu sou de uma geração que entrou na universidade exatamente na época do golpe, e o Secretário Geral do Comitê Estadual aqui em São Paulo, depois do golpe, era o Marighella, e apesar da grande abertura que o Partido fez a partir de 58, com a declaração de março de 58, depois do golpe, sobretudo, mas até um pouco antes, já em função do que aconteceu em Cuba, que através de uma luta armada eles assumiram o poder, voltaram a aflorar as ideias de vias militares no Brasil que estavam mais ou menos enterradas desde 35. E depois do golpe começou uma discussão muito acirrada dentro do Partido entre os que achavam que o Partido teve uma política muito esquerdista no governo João Goulart, e que o golpe veio por isso e os que achavam que a política do Partido foi muito direitista, que o Partido não se armou e que por isso não pode resistir ao golpe e que o golpe veio por isso. E essa discussão continua até 67, quando o Partido faz um Congresso, em dezembro de 67, aqui em São Paulo e a grande discussão era entre a via militar e a via, a defesa das liberdades democráticas, a luta pelas liberdades democráticas e, nesse sentido, isolar a ditadura militar politicamente e não militarmente. A linha que ganhou no Congresso foi essa segunda, de isolar a ditadura por todas as fissuras e todos os nichos democráticos. Diga-se de passagem, que a partir de 68, havia uma tentativa de montar já uma frente ampla para negociar uma solução civil para a ditadura, mas os grupos armados começaram a fazer uma série de ações e isso ficou muito difícil. E, finalmente, com o Ai-5 o regime se fascizou, quer dizer, aí o regime virou um regime realmente autoritário e, em um primeiro momento os homens da ditadura resolveram acabar com os grupos armados.

No entanto, há uma certa conjuntura que vai se delineando a partir de meados da década de 70, em que o milagre econômico acaba, mas aí essa ideia que nós tivemos de engrossar o MDB, de lutar dentro da oposição consentida, apesar de ser vista pelos outros grupos como traição, como revisionismo, foi o que acabou, de alguma maneira, dando resultado. E em 74 houve a primeira grande vitória do MDB, em que houve um crescimento muito grande do MDB na Câmara. O Partido nunca deixou de eleger os companheiros Deputados dentro da Câmara e Vereadores nas cidades, tal. E, de alguma maneira, isso não sou eu que estou dizendo, isso está em livros, o Gaspari fala isso, tem uma brasilianista que eu não consigo lembrar o nome dele agora, que escreveu aquele livro De Castelo a Tancredo. Alguém é capaz de lembrar? Skidmore, isso. Que fala isso. Em um determinado momento os estrategistas da ditadura perceberam que o que deu certo foi a nossa postura. E foi mais ou menos nesse momento que eles decidiram liquidar com as cabeças pensantes do Partido. E uma coisa que eu gostaria de dizer aqui, é que a partir de um determinado momento a repressão mudou de estratégia. Porque a repressão no Brasil, desde os anos 30, era de prender pessoas que eles desconfiavam que era do Partido, indiscriminadamente. Poderia ser um fulano de base ou então até um simpatizante, ele era preso. Mas que a partir de um determinado momento a

repressão passou a fazer uma coisa muito mais qualificada. Eles seguiam as pessoas durante meses, durante anos, um trabalho de paciência e no fim eles descobriam, digamos, o organograma como funcionava e acabaram prendendo só o aparato do Partido e os dirigentes que davam a linha política entendendo que com isso eles iriam liquidar o Partido. Isso não quer dizer que não houve prisões antes de 73, 74. O Alberto Neder, que está aí, ele foi preso em 72 com um grupo de companheiros aqui em São Paulo, ele pode dar esse depoimento depois. Houve também muitas prisões, mais ou menos nessa época, no ABC, que o Partido tentou reorganizar as bases operárias no ABC, todos praticamente foram presos e aí depois permitem ao Lula assumir o sindicato.

Então, houve prisões, sobretudo em 64, de membros do Partido, e depois, no começo dos anos 70 também houve prisões, mas, talvez eles tenham percebido que a maneira deles atuarem não era muito eficiente e aí eles realmente mudaram a maneira de acompanhar as pessoas, fizeram um trabalho tecnicamente totalmente diferente do que faziam ao longo dos anos, de décadas, digamos, desde os anos 30, e chegaram ao aparato e na direção, sobretudo, das pessoas da executiva nacional.

O Marco Antônio Tavares Coelho, que é uma das poucas pessoas que sobreviveram, torturadíssimo, é o único que mora em São Paulo. Talvez fosse o caso da Comissão tentar entrevistá-lo, embora ele esteja muito doente, eu não sei até que, precisaria conversar com ele. Agora, eu não sei se ele tem condições de chegar aqui para, talvez seja o caso de fazer um depoimento lá. Bom, a outras pessoas que estão vivas do diretório, na época do Comitê Central são o Givaldo Siqueira, que também já está beirando os 80 anos, está muito doente também, mas ele vive no Rio. Parece que vocês estão chamando as pessoas aqui de São Paulo, eu não sei como é a mecânica. O Granja, como é o nome completo do Granja? Antônio Granja. Está com 96 anos, lucidíssimo, mas vive em Vitória, no Espírito Santo, e o Melo, que vive no Rio de Janeiro, também está com 95 anos, mas muito lúcido. Eu acho que eles poderiam enriquecer esse trabalho porque eles eram responsáveis na executiva por uma série de coisas, então eles devem ter muito mais dados do que eu.

O que eu queria completar no meu depoimento, é que desde 64 o Partido se preocupou em organizar, digamos, uma autodefesa, não necessariamente armada, mas criar uma série de mecanismos para que as pessoas pudessem, de alguma maneira se... Uma dessas coisas que o Partido montou foi uma empresa de táxi na fronteira de Uruguaiana com a cidade de Uruguai aqui, que é separada de Uruguaiana por uma avenida. É Passo de Los Líderes? Não. É Riviera não é? Riviera. É porque tem uma coisa semelhante na Argentina, então eu sempre faço confusão.

Como os habitantes das duas cidades iam indiscriminadamente de um canto para o outro, porque ninguém pedia documento e quando a carne estava mais barata no Uruguai os brasileiros iam para o Uruguai e vice-versa, e quando a gasolina estava mais barata no Brasil os uruguaios vinham para cá, então havia um movimento muito grande entre as duas cidades e muitas vezes as

peças tomavam táxi. Então, essa empresa de táxi não dava muita bandeira, digamos, ela era uma coisa comum da região e ela serviu para transportar pessoas de um lado para o outro da fronteira, não só dos nossos companheiros, mas também de outras pessoas que estavam saindo do País de outras organizações. Eu não tenho dados concretos, mas eu entendo que esse esquema, a partir de um determinado momento, foi detectado pela repressão e que o David Capistrano foi pego por causa disso, porque ele foi pego exatamente quando vinha de Riviera para Uruguaiana e telefonou para o Roman ir busca-lo. Então, naquele momento, por alguma razão que chamou a atenção, que eu não posso dizer o que é, esse esquema da fronteira foi detectado pela repressão e o David Capistrano certamente foi sequestrado e assassinado por causa disso.

A outra coisa, quer dizer, houve um caso já em 71 em que Armênio Guedes, que na época era casado com a Zuleika Alambert, foram abordados na rua por um agente da CIA e eles comunicaram imediatamente esse fato para a direção nacional e a direção decidiu que seria melhor que eles saíssem do País. Nesse momento também a direção decidiu tirar o Prestes do Brasil.

A outra coisa que era um dos códigos desses procedimentos que essa organização de autodefesa dizia para os companheiros é que, sempre que eles saíssem do Brasil, que eles não procurassem sair pela rota do Atlântico, porque se o avião tem alguma pane ele pode ser obrigado a aterrissar no Brasil e o fulano pode ter conseguido sair, mas na hora de sair do avião e ser identificado de novo ele ser pego. Então havia esse código de, saindo do Brasil, fazer alguma rota, alguma trajetória pelo Pacífico, nem que fosse para passar pelo Japão, quer dizer, fazer uma rota muito mais longa, mais cansativa, mas fazer isso para não dar margem para o avião voltar e pousar no Brasil. Nem sempre isso era obedecido pelos companheiros, porque muitos já tinham idade e achavam que seria uma coisa muito cansativa, muito difícil e algumas vezes essa determinação não era obedecida. E por pouco Prestes não é preso, porque na hora que o Partido determinou que ele deveria sair do País, como ele já estava com mais de 70 anos, poderia não aguentar uma viagem muito longa, decidiram que ele iria pelo Pacífico, não sei se ia a Buenos Aires ou, bom, enfim, o avião...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Fala no microfone. Deu uma distorção. Fala de novo.

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA – Que parte?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Do Prestes.

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA – Então decidiram que o Prestes ia sair pelo Atlântico, e o avião teve uma pane e teve que pousar no Rio de Janeiro, ele estava viajando com um companheiro que era médico e esse companheiro conseguiu convencer a repressão que ele era um velhinho que estava doente e que ia fazer uma série de exames na Europa. Bom, eles não reconheceram e passou.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Isso quando?

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA – Em 71. Então o Partido tomou uma série de cuidados para que não houvesse queda, etc., mas eu acho que, com essa mudança dos métodos repressivos, em que eles não estavam desconfiando de todo mundo, prendendo todo mundo, mas usando um trabalho de paciência, de seguir as pessoas, de verificar realmente quem é que poderia, ao ser liquidado, liquidar com o Partido, eles acabaram pegando todo esse pessoal que... Inclusive é uma coisa complicadíssima, porque já tem o depoimento dos familiares do Élson Costa. O Luís Maranhão, por exemplo, era um homem que tinha uma relação muito grande com a igreja católica no Brasil. Ele achava, desde muito tempo, que sem uma igreja católica progressista no Brasil não tinha condições de fazer mudanças nesse País. Quer dizer, eram todas pessoas que tinham uma vida clandestina porque eram perseguidos, as que não eram aventureiras, não tinha, e a repressão pegou todo mundo.

Então, o que eu tenho a dizer é mais ou menos isso. Eu acho que o Genivaldo teria mais condições de dar dados mais precisos sobre o Montenegro porque ele, vocês moraram juntos no aparelho. Eu vou passar...

O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT -Obrigado, Dina. Você tendo alguma lembrança, você querendo retornar, a todo o momento. Antes de passar para o Genivaldo, eu peço para o Adriano Diogo, o grande responsável pela instituição da Comissão da Verdade aqui em São Paulo assuma a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Rillo, eu queria falar de público, que todas as sessões que você puder acompanhar, é importantíssimo. Você que é de outra geração, veio do Movimento Estudantil, mas veio da resistência, tudo que você puder vir conosco, acompanhar, você vai ser muito bem vindo. E muito obrigado por você ter contribuído hoje. Vamos continuar. Bom dia. Fala nesse microfone aqui que é melhor. Fala o seu nome completo, por favor.

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Eu sou Genivaldo Matias da Silva. Na verdade eu não tenho grandes histórias para contar aqui não.

Eu fui preso, eu entrei no Partido Comunista muito jovem, no ano de 72, eu tinha 20 anos, militava no movimento de bairro, movimento cultural, na zona norte de São Paulo e acabei, através de amigos, entrando no Partido e sendo colocado em contato com o José Montenegro de Lima, que na época era encarregado de organizar a juventude comunista, sobretudo no setor de bairro, no setor operário, e havia uma orientação de que o Partido deveria uma orientação que já vinha de longe, e o Partido, fazia parte da estratégia de segurança do Partido à infiltração dele nos movimentos sociais, estar dentro do movimento cultural, dentro do movimento social, de bairro, enfim, porque era a forma que o Partido acredita que seria a forma mais correta e mais eficiente, apesar de levar longo prazo, de isolar a ditadura, o que acabou acontecendo em 74, com a grande vitória do MDB nas eleições.

Eu entrei em 72 e logo em 75 fui preso. Não consegui fazer muita coisa. Foi rápida a minha militância clandestina. Nos últimos meses, em clandestinamente estive com José Montenegro de Lima durante alguns meses, não me lembro de exatamente o tempo, dividindo um aparelho que ficava ali na Barra Funda, ali perto da faculdade, Rua Brigadeiro Galvão, Oswaldo Cruz ali. E o que eu vejo sobre o caso de Montenegro é que os dados que se tem são muito poucos. Ele vivia na clandestinidade, apesar de, naquele momento a nossa clandestinidade era uma clandestinidade não tão rigorosa, porque na verdade estávamos militando, a gente tinha essa intenção também de participar dos movimentos, de estar junto com a juventude, de estar dentro do MDB, nós fundamos a juventude do MDB em 74, por orientação do Magrinho, do Partido. Então um dos dados é essa coisa de ele ter sido preso na Bela Vista, nessa coisa. Me parece pouco provável, porque nesse dia da prisão, no dia do desaparecimento do Montenegro, nós passamos a noite juntos no apartamento e de manhã cedo ele tinha uma série de compromissos, de pontos, ligações do Partido, e eu também tinha outros compromissos. Nos despedimos de manhã e marcamos às cinco horas da tarde em um ponto qualquer da cidade, que eu não me lembro, deve ter sido próximo à Dom José Gaspar, à biblioteca, que ali a gente entrava um pouco na biblioteca ali e era fácil conversar ali. Ele não apareceu, então esse é o dia do desaparecimento dele. Então, eu não acredito que, o documento diz

que ele desapareceu perto de sua residência na Bela Vista. A partir daí eu, depois disso nós tentamos várias coisas, tentar encontra-lo, vários contatos e eu acabei sendo preso no dia 10 de outubro.

E uma coisa quer eu gostaria de colocar aqui, já que essa é a Comissão da Verdade, que um dado que corre por aí, inclusive no livro Tortura Nunca Mais, é que eu disse, quando estive no interrogatório na Justiça Militar, que eu tinha visto o Magrinho, o José Montenegro, no DOI-CODI. Eu já dei esse depoimento em outras ocasiões, mas acho que não foi publicado, mas, enfim, eu acho que vale a pena novamente dizer, eu não vi o Montenegro no DOI-CODI. Nós fizemos isso como uma espécie de estratégia. O meu advogado, na época, o (Grunevald?), ele disse assim, olha, se você disser que você viu o Magrinho lá no DOI-CODI vai forçar eles a se coçaram um pouco, vai preocupar. Por outro lado eles podem te chamar de volta e te botar de novo no pau de arar porque eles sabem que você não viu. Bom, discutimos, tudo, decidimos que eu deveria fazer isso, eu fiz. Disse que tinha visto, mas, na verdade eu não vi. O que eu sei realmente é que, desde o primeiro dia que eu cheguei no DOI-CODI, que foi no dia 10, já na primeira sessão de tortura os torturadores me garantiam que o Magrinho já estava morto e que se eu não colaborasse, comigo ia acontecer a mesma coisa. Eu acho esse dado importante por uma questão de dado, porque se a gente sabe, se eles declaravam que no dia 10 eles já declaravam que o Magrinho estava morto, então, isso deve ajudar aí para saber em que momento aconteceu esse assassinato, em que lugar.

Enfim, depois disso muita coisa aconteceu. Esse tempo todo, o José Montenegro de Lima era uma pessoa que vivia muito afastado da família porque a família dele era humilde, lá do interior do Ceará e ele não tinha uma convivência, então, pouca gente reclamou por ele e só foi reclamar depois, na década passada, a partir da década passada, quando começou a se falar novamente nesses acontecimentos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Genivaldo, deixa eu te ajudar um pouco. Espera um pouquinho. De onde você veio, onde você nasceu, como começou a sua militância política, como você entrou no Partido antes de você cair na clandestinidade. Fala um pouco da sua origem.

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Eu sou um pernambucano nascido no Paraná. É porque eu nasci no Paraná por acidente. Meu pai teve que trabalhar lá, mas com dois anos de idade minha mãe já voltou para Pernambuco com os filhos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Que ano que você nasceu?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – 53.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – No Paraná?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Paranaguá, que é o Porto de Paraná.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Seu pai era estivador?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Estivador. Era estivador no Porto de Recife, depois o Porto de Recife estava com dificuldades, ele vem subindo Rio de Janeiro, Santos, até chegar em Paranaguá, e hoje está lá enterrado.

Então, com 10, 11 anos minha mãe veio com os filhos para São Paulo e aqui nos começamos a trabalhar, enfim, aqui em um bairro da zona norte, e nos envolvemos, através do colégio, quando a gente estudava, com professores interessantes, que faziam teatro, enfim, instigavam a moçada e acabamos ali nos juntando com a igreja católica, no guarda chuva da igreja católica, que permitia que os jovens se reunissem, incentivava, montamos peças. Então, estávamos apresentando esse trabalho, quando um companheiro do Partido, um diretor de teatro muito importante, pernambucano, chamado Joacir Castro, assistiu, e aí começamos a entrar em contato com ele, através dele conheci o pessoal da Economia da USP, Sérgio Fonseca, Waldir Quadros, e aí entramos nesse trabalho. Foi aí que eu me filio, isso já no ano de 72.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você morava em São Paulo?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – São Paulo. Em 72, é. E aí, logo depois, em 75, eu já fui preso. É isso. Se a Comissão precisar de mais alguma coisa eu estou à disposição para qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Que dia você foi preso?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Então, o Montenegro foi preso no dia 29 de setembro, naquele episódio que eu disse que nós nos separamos de manhã para nos encontrar a tarde e ele não apareceu mais. Eu fui preso 10 dias depois.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você voltou para o aparelho?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Voltei para o aparelho. Isso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Ficou sozinho lá. Morava só você e o outro companheiro?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Morava eu e o Montenegro.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O Montenegro sumiu e aí você...

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – O Montenegro sumiu. Como nós acreditávamos que o Montenegro tinha sumido fora dali...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você achava que o aparelho estava preservado.

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Nós achávamos que o aparelho estava preservado, foi uma inocência muito grande nossa. De qualquer forma, o Partido queria, estava articulando para me mandar embora para Buenos Aires para depois me tirar fora porque eles sabiam que eu estava...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você foi preso na OBAN ou no DOPS?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Fui direto para o DOPS.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Que dia você entrou?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – No dia 10 de outubro.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Quantos dias você ficou lá?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Então, esse dado não me vem muito à memória, mas eu acho que fiquei lá uns 20 e tantos dias.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Foi torturado?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Muito torturado. Aquelas coisas todas, choque elétrico, pau de arara, aquela miséria toda.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – E o companheiro que havia sido preso já...

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Então, essa é uma questão importante.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O que é que você sabia? Ele entrou pela OBAN ou entrou pelo DOPS?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Não. O que eu sei é o seguinte, quando eu cheguei no DOI dia 10, depois de trocar o figurino, tudo, já fui para uma sessão de interrogatório e logo depois para a sala de tortura, no próprio dia, onde os torturados me diziam, olha, aqui não adianta, não venha dar uma de espertinho aqui porque você aqui está lascado. O seu amigo já passou dessa para pior, então, se você não colaborar, se você não quiser continuar você fala tudo que você sabe...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O cara falou que ele estava morto?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Ele me garantiu que ele já estava morto. É.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você lembra o Delegado que te falou isso?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Não me lembro do nome das pessoas.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O Fleury estava lá?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Não. Isso era no DOI-CODI.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você voltou para o DOI?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Não. Isso já no DOI.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você entrou no DOPS e voltou para o DOI-CODI?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Não. Eu entrei no DOI direto.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você entrou no DOI?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Eu entrei no DOI direto. É. Não passei pelo DOPS.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você ficou 20 dias no DOI-CODI.

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Por aí. Eu não me lembro exatamente não.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Sei. Aí você chegou o cara já falou da morte?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Já me ameaçando e já dizendo, olha, ou você ajuda ou então vai acontecer com você a mesma coisa que aconteceu com o seu amigo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Mas vocês quando estavam na rua vocês não tinham a notícia do companheiro se ele havia morrido ou não?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Não. No momento da prisão dele, do dia do desaparecimento até o dia da minha prisão nós fingíamos que não sabíamos o que tinha acontecido. Quer dizer, que não sabíamos, quer dizer, nós tínhamos certeza que ele tinha sido preso porque ele tinha, nós tínhamos várias formas de contatar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Sim, sabia preso, mas não sabia que estava morto, é isso?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Não sabíamos o que tinha acontecido. Até hoje a gente não sabe em que circunstâncias que se deu isso não é.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – E logo que você chegou eles contaram da morte do companheiro.

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – É, no primeiro dia que eu cheguei eu já fui, passou, troquei de roupa, fui para o interrogatório, escrevi lá as coisas e já fui para a sala de tortura e aí eles já começaram a afirmar que o Montenegro estava morto, que queria dar uma de resistente, de forte e estava morto e que se eu fizesse a mesma coisa que ele, quer dizer, se eu me recusasse a falar, que comigo ia acontecer a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Era toda a queda do partidão?

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Toda queda do partidão. Quando caiu os jornalistas, Sérgio Gomes, Milton Coelho, Duque Estrada...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Wladimir Herzog caiu dia sete? Foi em setembro, não é? Semana da pátria. Outubro? Depois deles? O Wladimir cai depois de vocês?

A SRA. – Ele morreu no dia 24 de outubro.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – É verdade. Mas então eles são antes da queda do Wladimir.

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – Sim. Nós somos antes da queda do Wladimir. Quando o Wladimir chegou no DOI, todos os jornalistas, os estudantes já estavam presos.

A SRA. – E o pessoal que sustentava a gráfica também.

O SR. GENIVALDO MATIAS DA SILVA – E o pessoal também, é.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Com a palavra a Doutora Albertina. Fala no microfone. Doutora, faz o seguinte, já fica para depor. Depois eu volto para ele. Eu volto. Só se apresenta direitinho, faz a introdução e já depõe os fatos. Com a palavra a Doutora Albertina.

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Eu sou Albertina Duarte. Sou portuguesa, nasci em Portugal. Estou muito emocionada, acho que daqui a pouco eu vou chorar, porque eu acho que eu poderia ser lista, duas irmãs minhas poderiam ser dessa lista, e toda vez que passa uma lista eu falo, eu podia estar aí. Eu tenho certeza que eu estaria aí e minhas duas irmãs também estariam aí. Minha

irmã saiu do Brasil e graças ao Montenegro ela não morreu, porque ela poderia ter... E eu posso dizer que o dia 13 ao dia 20...

A SRA. – Qual o nome dela?

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Alice. Do dia 13 ao dia 20, eu queria que ela estivesse aqui, ela tinha o dever moral, ela vai ficar muito brava d eu falar isso, ela tem o dever moral de ser chamada e vir depor aqui, porque ela resistiu, ela saiu daqui do Brasil, ela e o marido dela, por ação do Montenegro. Então, de 13 a 20 de outubro, na Câmara Municipal, nós fizemos, hoje eu fui lá na Câmara Municipal, eu confundi a Assembleia, porque nesse período nós tínhamos todo mundo um encontro do diagnóstico da mulher paulista, e que um dos grandes articuladores foi também o Montenegro. Então, do dia 13 a 20, cada um dos companheiros tinha medo, a gente estava na frente apresentando e sabíamos que ou os nossos maridos ou nos podíamos ser presas. A sensação é que a gente saia dali e ia ser presa e no auditório a gente identificava pessoas gravando, filmando, olhando, seguindo. O meu consultório foi invadido no dia sete de outubro e reviradas todas as fichas. Eu tinha um ponto dia seis com o Magro, dia seis, e ele não apareceu. A partir do dia seis, que ele não apareceu, eu fiquei com muito medo e comecei a ter muita cautela.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Desculpa. Eu não entendi. Dia seis a Senhora tinha um ponto com quem?

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Com o Magro, com o José Montenegro Lima. Eu ia me encontrar, justamente porque dia 13 era o encontro do diagnóstico da mulher paulista e eu estava fazendo uma devolutiva. Alguns companheiros vinham do Rio, inclusive o Mario Vitor de Assis Pacheco, que eles estavam esperando para prendê-lo. E aí as pessoas diziam, ele falou, eu tenho 70 anos, eu vou depor. Ele depunha contra a indústria farmacêutica que esteriliza e explorava as mulheres. E ele falava, eu sei que eu vou ser preso, mas, mesmo assim eu vou depor. Então, como a gente tinha que articular com alguns médicos que vinham do Rio de Janeiro, o Montenegro que estava fazendo essa ponte, realmente a gente ia encontrar. Por que é que eu o encontrava? Porque uma das coisas que as pessoas não colocaram aqui, eu não vi em nenhuma Comissão da Verdade, é o papel que o Partido Comunista teve na solidariedade, na assistência à saúde de todos os presos da

linha política do Partido ou não. O socorro vermelho foi articulado pelo Partido Comunista, e eu tenho a honra de ter participado desse socorro vermelho. Até porque, os militantes das outras tendências não tinham a idade, então eles eram todos da saúde pública. Então, os grandes médicos famosos, como o Professor Lefreve, que era Neurologista, como o Chiaverini, como todos, eles, eles eram mais velhos. Eu era muito nova, mas fiz parte desse grupo, que tive a honra de ter feito. Então a gente prestava solidariedade política, e o Magro, ele recolhia e recolheu muito dinheiro, muito dinheiro que eu digo, suficiente para mandar os companheiros embora. Eu sou testemunha porque eu mandei muito dinheiro para ele e não era muito para mim, porque era pouquíssimo, era suficiente para comprar a passagem e ir embora. E ele dizia para mim muitas vezes, eu sei, você sabe disso que ele falava, eu vou ser mandado embora. O Partido quer que eu saia, mas eu tenho que terminar essa tarefa. Ele conseguiu que vários companheiros, inclusive alguns que estão hoje na política, saíssem do Brasil, porque ele financiava, ajudava, orientava a sair, e mesmo eu falava, Magro, por que é que você não vai embora? Ele falava, não, porque e tenho que cumprir a tarefa. Ele dizia sempre para eu tomar muito cuidado. Só para vocês terem uma ideia, no ano de 75 foi um ano muito difícil, e a minha filha nasceu dia 22 de maio, e já aí o Magro sabia que poderia acontecer alguma coisa, tanto que a gente se encontrava nos hospitais. No Hospital das Clínicas, no Hospital São Luís, porque era esse o ponto que ele achava que para segurança minha eu podia acontecer. Ele, em nenhum momento esse lado fantástico, o lado mais importante da vida dele, é como ele articulava que as pessoas pudessem ser atendidas. Então, eu operei a mulher do João Guilherme no Hospital Pérola Byington hoje, de madrugada, às duas horas da manhã, sem ter sangue, porque não podia pedir sangue, porque as pessoas eram clandestinas. Então, isso exigia da gente uma força para a gente operar o companheiro, não deixar a companheiro morrer, e sem sangue. Era muito violento. Eu quero resgatar todos os meus companheiros, que com risco de perder o CRM, perder a vida, perder o cargo, eles ajudavam. A gente entrava no Hospital das Clínicas, operava uma pessoa e escondia no banheiro, para quando a equipe da direção passasse, não visse aquela mulher. Eu cheguei a operar histerectomia, e deixar paciente seis horas sentada no vaso para quando o professor passasse não soubesse. Eu sou professora hoje da USP, eu sou uma ótima médica, só que eu fui forjada na luta. Cada companheira que eu salvava, cada companheira que eu não deixava morrer, isso não tem residência nenhuma que dá. A minha irmã, Maria de Fátima, atendeu muitas mulheres exiladas políticas de vários países que vinham aqui, e ninguém lembrou isso. O Magro articulava isso. Olha, é companheira uruguaia que precisa vir e ser atendida, e eu distribuía onde elas iam ser atendidas. Isso, e aí eu ligava, alguns companheiros, o David Serson, o Eduardo de Oliveira Nunes, que montou o serviço em hospital, no Hospital A.C. Camargo, e depois, estranhamente esse serviço foi desarticulado. Então era assim, a gente montava um serviço, de repente o serviço era desarticulado. Por quê? Porque era serviço de laboratório, para

fazer laboratório. A gente fazia o exame de graça, 10 dias depois, a gente não entendia o que acontecia, algumas fichas minhas desapareciam, documentos, diplomas desapareciam, só que como eu era tonta, eu não entendia que isso podia ser uma ação já de resistência. Então, o que acontecia? O Magro falava, essa companheira tem que ser atendida. E a gente ia a casa, eu, a Fátima, outros médicos, que éramos as únicas ginecologistas do Partido. O Montauray, o Doutor Montauray, que era o mais velho, que fazia exames e que ia no consultório dele. Quer dizer, a gente montava estratégias de atendimento.

Outra coisa importante da solidariedade do Magro, em 1973 eu me casei. Como eu era uma militante, eu fui para o Chile, não para passar a lua de mel, porque eu nem conheci Val Paraíso em nem nenhuma. Eu não lembro. A casa do Pablo Neruda não existia, então eu voltei para Santiago agora e não reconheci a cidade. Eu falei, o que é que eu fiz? Eu fiquei nos pontos. Então, nesse tempo todo o Magro articulou o encontro com as pessoas que estavam exiladas em 73. Ele estava lá e eu levei, eu saí daqui levando cigarro, falei agora no depoimento, caipirinha não, cachaça, você também levou.

O SR. – Carne seca.

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Carne seca, feijão, tudo, porque era um carinho para os exilados lá fora. Os discos, isso, o cachecol que a mãe fazia. E toda vez que um exilado pegava um cachecol, de qualquer Partido político, porque não havia isso, em 73 havia vários de várias tendências políticas. Ele sorria. O Magro, eu nunca soube se tinha família no Ceará, mas eu sabia que ele tinha uma família muito grande. Cada vez que, ele conhecia todas as velhinhas e não velhinhas, as mães, os avós, porque ele levava, e aí ele falava, olha como ficou lindo para você esse cachecol. Eu acho que não conheci no Partido uma pessoa de um coração tão grande como o Magro, e ele, eu acho que ele não acreditava que ia ser preso àquela hora. Ele sabia que ia ser preso, mas ele não sabia naquele momento.

Outra coisa importante, então, essa articulação da solidariedade, e eu tenho certeza que foi por isso que ele morreu, porque ele tinha contato com vários grupos. Em 73 eu fui então para o Chile que é julho, 14 de julho, e logo depois caiu a Moneda, e eu pude deixar, ele falou, por orientação dele eu dei dinheiro para Zuleika de Alambert para ela fugir. Com os dólares no Chile estavam clandestinos...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Quando isso, Doutora?

A SRA. ALBERTINA DUARTE – 73. Para ela fugir do Chile, porque ela estava no Chile exilada. A Zuleika de Alambert e o Armênio Guedes. Como disse a Dilma, ela estava sendo orientada, a Dina, A Dilma, tomara que ela fale. Ela tem muita coisa para falar. E tomara que ela fale.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Continua, Doutora.

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Com o maior carinho que eu tenho. Eu acho que todas as pessoas têm que falar. Então, em 73, o que aconteceu? O Magro disse, eu levei dinheiro para lá, mais, porque eu sabia que eu ia ter que dar para os exilados. Então, eu dei não só, naquela época, eu era muito pobre, porque eu sou filha de pedreiro, mas o meu marido era rico. Eu nem sabia que eu tinha casado com um cara rico. Eu nem sabia. Não foi por isso que eu casei, mas eu nem sabia. Só para vocês terem uma ideia, isso é uma piada, quando eu fui a casa dele eu achava que era um clube e era a casa, porque eu era tão pobre que eu achei que era um clube.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Doutora, que mês que a Senhora esteve no Chile?

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Julho, 14 de julho. O Magro estava lá e ele estava articulado essa solidariedade. Isso eu sei que a polícia sabia.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O Montenegro estava no Chile?

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Estava no Chile. Eu encontrei com ele. Não só eu me encontrei com ele como ele distribuiu os presentes. Eu tive encontro com as mulheres de vários

grupos políticos, e eu levei os presentes que ele tinha me orientado a levar. Foi ele que me orientou a levar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – E ele conseguiu sair de lá antes do golpe?

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Saiu porque eu encontrei com ele, depois você encontrou também, em 73. Ele voltou. Eu não sei quando ele veio embora. Eu vim embora antes do golpe. Eu não sei quando ele veio para cá, porque a gente não conversava. Gente, era muito difícil. O Magro, pouca gente sabia que minha irmã era minha irmã. A gente não sabia. Meu marido não sabia onde eu militava. Isso era um código. A gente tinha um código de segurança. Meu marido não sabia onde eu militava, o que eu fazia, não sabia. A gente só tinha um código de quando desaparecesse ficava.

E por orientação do Magro, então vamos voltar, eu distribuí isso e o Magro falou, dá o dinheiro para a Zuleika porque a Zuleika vai ser presa. Você tem dinheiro, portuga? Eu falei, tenho. Então vou dar. Aí ele falou, aí eu peguei e dei todo o dinheiro, só que naquele tempo era clandestino, era seis o dólar, aí ajudou. Ele falou, dá mais, aqueles outros, aquelas outras mulheres, além de eu fazer discussão política (ininteligível) mulheres, eu também dei as coisas todas que eu tinha, a roupa, todas as coisas, o casaco, tudo o que eu tinha. E o dinheiro todo que eu tinha foi dado, com muita honra, com muito orgulho, foi dado para ele. A partir daí eu fui encarregada de fazer uma coleta de solidariedade. Por exemplo, o João Guilherme recebeu, no Rio de Janeiro, uma verba que o Magro mandou. E o Magro mandou para que ele saísse do Brasil. E naquela época ele disse para mim, a Margarida Genevois, que está fazendo 90 anos hoje, aí ele recolhia, essa questão da solidariedade, então, a minha ligação com o Magro, independente da política, era pela rede de solidariedade. E os médicos antigos não caíram porque havia uma Comissão médica dos mais jovens e havia a mais velha. A ponte entre o mais velho e o mais novo eu nunca deixei chegar, apesar dos mais novos quererem saber dos mais velhos, mas, por orientação do Magro, eu nunca falei quem era os mais velhos. Então citava, o Magro tinha muita noção de segurança, tinha muita noção de solidariedade.

Olha, você deve saber, existe uma pessoa que é o Panis do PCdoB, que morreu. A mulher dele chama...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Quem, Doutora? Desculpa.

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Panis, do PCdoB, que morreu. Morreu de morte natural. E ele, teve um infarto, a mulher dele, Susana, que trabalha hoje em uma associação de oftalmologia, a filha dele foi, o Magro fazia, cuidava da menina quando não tinha babá. Quer dizer, para ela poder trabalhar. Quer dizer, essa coisa eu não vi em nenhum homem do Partido daquela época. Ele ia lá, sentava e via. Ele era de uma coisa, assim, humana, totalmente diferente. Ele falava, portuga. Essas são as portuguesas mais lindas de São Paulo, mas têm umas do Rio Grande do Sul, que eu as conheci depois, que são lindas como essas. E ele vibrava. Em 75, eu fiz um livro de ginecologia infanto-juvenil, eu mostrei para ele. E ele vibrava, sem entender, obviamente, nada, mas ele falava, ai que lindo, e tudo. E cada coisa. Esse que eu estou mostrando aqui para vocês, de 13 a 20 de, 13 a 20 é o primeiro encontro de diagnostico paulista, que ninguém lembra também que eu quero que faça jus ao Partido Comunista, que ninguém lembra que a gente quase morreu para fazer esse primeiro encontro da retomada.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Isso é 75?

A SRA. ALBERTINA DUARTE – 75. 13 a 10. Ninguém lembra disso, 13 a 10.

A SRA. – A polícia cercando.

A SRA. ALBERTINA DUARTE – A polícia cercando. 13 a 20 de 10. Então, vários, o Duque Estrada, a esposa do Duque Estrada estava lá, que é a Marise. Ela estava lá, ela foi presa depois. Todo mundo estava lá e cada um, eu tenho certeza...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – A Senhora que organizou esse encontro?

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Eu fui uma das organizadoras. É muita ousadia dizer que eu.

A SRA. – Você já era Presidente do...

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Era Presidente, eu fui Presidente do Centro da Mulher Brasileira a partir daí.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Doutora, a Senhora foi presa?

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Eu fui presa em 68, em Sorocaba, e o meu apelido era Nita. Nita é meu nome de batismo. Eu sou Albertina Tininha Tinita, e meu pai me chamava de Nita. E aí, não era meu nome de guerra, era Nita, e aí a polícia, não sei por que razão, as pessoas chamavam de ita, confundiram com a Nita Prestes. A Nita ia para Sorocaba. Então eu fui presa em Sorocaba porque minha amiga recebeu intimação e entendeu que era em Sorocaba, mas não era. Era aqui. Então, como era, eu aproveitei essa cena e disse, você vai comigo e diz que recebeu e diz que é aqui. Mas todos os meus amigos sabiam que era aqui, em 68 para vir aqui. Mas eu aproveitei e fiquei em Sorocaba. E aí o Delegado queria saber da Nita Prestes, que ia lá, e queria saber de várias pessoas. Na época do assistente, ele citou o nome dos assistentes da base de Sorocaba que era a maior base estudantil. Ele queria saber. E as perguntas eram, na verdade eu fiquei presa sete dias e depois eu tive, eu não sabia, mas eu tive, eu fui extraditada. Eu não saí porque eu não sabia. Só que um dia, no dia da UNE, quando o Javier falou, olha eu vou ser extraditado, você pode ir na comemoração? Eu falei, vou. Como eu era Presidente do Centro da mulher eu fui lá. Aí, nessa hora eu soube que eu estava com processo para sair do Brasil. Eu não saí, mas eu tive meus direitos políticos cassados, que só agora, 74 foi à ideia de eu ser candidata à Vereadora, não pude, porque aí eu descobri que estavam casados. E eu só consegui, estou conseguindo agora, ainda não tive a igualdade de direitos, agora que eu estou conseguindo minha igualdade de direitos. Eu entrei no Hospital das Clínicas, se eles sabem e cassam, com um protocolo de igualdade de direitos. Então eu fiz tese, mestrado, tudo com esse protocolo, porque, teoricamente, só pode ser brasileiro. Nunca pude ser do CRM porque eu não tenho a cidadania. Nunca votei. As pessoas não sabem que eu nunca votei. As pessoas não sabem, só agora sabem, eu nunca votei ainda para as eleições. Não sou

responsável ainda por ninguém que foi eleito, porque eu não tenho ainda o título de eleitor. Agora que eu estou conseguindo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Doutora, deixa eu fazer uma pergunta para a Senhora. Seguinte, eu estou vendo, esse encontro aqui foi de 13 a 20 de outubro. O Montenegro, pelo menos foi preso dia 29 de setembro, e aqui no relato, muita gente, eu queria dizer para a Senhora, quando a gente lê na geologia, o Montenegro ele ia lá conversar conosco. Em 69, 70, a gente cobre ponto com ele, e realmente tudo o que a Senhora falou bate. Bom, vamos lá aos fatos. Dia 13 começa esse encontro na Câmara, de 13 a 20. O Montenegro morre dia 29 de setembro, quase início de outubro. O pessoal dos jornalistas, o Sérgio Gomes, eles começam a ser presos logo em seguida. Até a prisão do Wladi e a morte do Wladi. Mas, dia primeiro, assim, nas primeiras semanas de outubro começou a queda. Então eu queria, imagino, como é que a notícia, o Genivaldo falou que a notícia da prisão do Montenegro chegou depois, uns 15 dias depois.

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Não. Dia seis eu já sabia.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Dia seis de quando?

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Seis de outubro eu já tinha certeza, e dia sete meu consultório foi invadido.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – A Senhora sabia. Dia sete seu consultório foi invadido. Quer dizer, e aí estava caindo todo mundo. Começou a cair todo o pessoal da TV Cultura.

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Eu tinha certeza já, porque aí a ideia foi não fazer encontro e aí a gente disse, não, nós vamos fazer o encontro. E vocês imaginam que, nesse período, eu tinha uma filha de quatro meses que eu amamentava, cinco esses, e eu ia amamentar no hospital. Então eu passava o plantão no hospital, dormia no hospital, a minha enfermeira levava a minha filha

e eu dormia nos hospitais. Eu passei um mês ou dois, eu não me lembro mais, dando plantão nos hospitais. Não era plantão. Eu ia lá, via paciente duas, três horas da manhã e ficava até as seis, porque as prisões aconteciam de noite. Então eu amamentava minha filha duas horas da manhã no hospital, ela ia embora para casa e eu ficava lá no hospital vendo, rodando, olhando. Quer dizer, ninguém sabe que era essa minha prática. Eu ficava até às seis da manhã, seis da manhã levantava, dormia em algum lugar e aí ia para o Hospital das Clínicas às sete horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – A Senhora lembra que naquela época tinha um jornalzinho chamado Shopping News, City News?

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Lógico que eu lembro.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Tinha um jornalista que escrevia esse jornal, a Senhora lembra disso?

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Lembro. Lembra o que eu falei, atenção (ininteligível), loucos a quem diz que os loucos não são loucos. Que as mulheres são loucas. E eu escrevi isso que existia a tensão pré-menstrual. Por causa disso quase que eu fui embora do Hospital das Clínicas, porque meu professor dizia que não existi tensão pré-menstrual e eu disse que existia, então eu lembro. Mas era o Senhor o jornalista?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Não. A Senhora lembra que tinha um jornalista, Claudio Marques, que pedia todo fim de semana a prisão do Wladi? A Senhora lembra disso? E a cabeça de todo mundo da TV Cultura? E aqui na Assembleia, dois Deputados. A Senhora lembra disso ou não lembra?

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Lembro. Não lembro o nome, mas eu lembro, é que era tanta gente querendo que todo mundo fosse preso que eu não lembro todos. Mas eu lembro assim, eu lembro de um médico meu amigo me alertando, e a gente escondendo todos os documentos.

Vocês não podem acreditar que eu morei na Rua Oscar Freire, mil e 500 e o Wladi morava no fundo da minha casa. Eu morei nessa rua até 73, eu morei nessa rua e o Wladimir morava no fundo. Não era um fundo, a casa dele era mais bonita que a minha, era uma vila. E a minha mãe, que é muito reacionária, e que fica aqui documentado, porque é para os meus netos verem, ela ainda é reacionária, ela sabia todos os cheiros dos comunistas. Ela falava assim, eu desconfio desse Magro. Eu sei. Eu sei. Ele não vem me rir não porque ele eu sei. Ela falava assim, esses vizinhos são do barulho, são da tua linha, porque eles veem músicas, ela é analfabeta, essa música que ele ouve é a que tu gostas, então falava. O que é que aconteceu? Em 75 eu estava casada e eu morava na Oscar Freire mais para baixo. E, vocês não acreditam, eu escondendo todos os documentos eu encontrei uma luz, uma conta de luz do Wladimir Herzog. Ele já tinha morrido. Eu falei, vão me prender. Isso é uma provocação da polícia. Só que eu não tinha lembrado que nos documentos aquela conta de luz foi para minha casa. Quer dizer, mas eu na hora pensei que eu estava... Então, era constante, esconder os discos da Violeta Parra que eu tinha trazido, das coisas todas. O medo de andar. Eu acho que, as minhas menstruações atrasaram 50 vezes, as mulheres todas perseguidas. Ninguém fala disso, mas, a menopausa precoce, a puberdade tardia, a puberdade precoce, as alterações menstruais, as hemorragias, ninguém fala. Ninguém fala que o hipotálamo das mulheres perseguidas, quer dizer, as descrições científicas dizem assim, o choque, um probleminha faz com que o hipotálamo desregule. E o hipotálamo das torturadas, o que acontece com elas? Câncer de mama, será que não foi de muitas mulheres que foram torturadas e que foram violentadas e que foram, então, eu enquanto ginecologista, naquela época, sempre pensava, o que acontece com a saúde das mulheres? O que acontece? E foi muito difícil atender essas mulheres. A Anita Chamorro, o pai dela foi atendido. Então, era muito incrível, de madrugada, que eu dava plantão no Hospital das Clínicas, os companheiros traziam as pessoas para eu atender, às duas da manhã, às quatro da manhã, e vários companheiros. Eu cito aqui, do hospital, Guido Levi, o Barba um, Barba dois. Os companheiros, a gente, eu nem falo, agora eu voltei a lembrar do nome do Barba. Imagina, que loucura, porque era Barba um, Barba dois. O Presidente do Conselho, oftalmologista, o Fernando Carvalho Lima. O Rui Barata, os companheiros que eram, a gente tinha um socorro para cada especialidade, então a gente montou. Então a gente tinha, eles iam às vezes me chamar lá, falar que iam discutir um caso, e a gente aproveitava e atendia de madrugada as pessoas. Esse era o nosso esquema. A Dina fala dessa companhia de transporte que salvou muita gente, eu sei, mas teve também muita gente do socorro vermelho que salvou muita gente. Eles tinham risco de vesícula, a gente operou, fizemos algumas plásticas para as pessoas saírem disfarçadas.

Eu acho que foi uma época muito dura. Eu não quero nunca mais que meus filhos e nem meus netos vivam essa época. E eu que vim de Portugal para fugir de uma ditadura do Salazar, tive que criar a minha filha no começo de vida, foi muito difícil dar a luz em 75 sabendo que eu podia

morrer. Eu sabia que, como (ininteligível), eles vão pegar minha filha, vão torturar minha filha, eles vão abusar sexualmente da minha filha na minha frente. Mas eu tive muita honra de quando eu estava grávida, em 75, dia 22 de maio, todos os companheiros foram me ver, eu passei até mal porque eles foram, eles fizeram grupos para ir. E a gente fazia grupo, fazia ponto. E o meu casamento também foi um grande ponto, eu casei no dia da Queda da Bastilha, 14 de julho, também muitos companheiros foram. Eu não tenho fotografia, porque não podia fotografar, mas foram muitos. A gente fez grandes pontos. Então a gente fazia vários eventos, dia de Natal, dia da criança, porque eram os pontos. Então foi esse esquema que a gente viu. Várias pessoas da USP iam lá nas festas de Natal. A sopa solidária, tudo, era a forma de a gente poder se encontrar. As festas, coitada da minha filha, teve tantos aniversários que foram pontos, que ela nem teve festa de criança. Mas eu não me arrependo. Eu fazia tudo.

E eu quero só dizer que o Magro ajudou a colocar o enfeite da porta quando minha filha nasceu. Ele era assim. Ele era capaz de colocar um enfeite na porta. Em uma época em que o machismo era tão grande que meu marido não sabia nem pregar um prego, o Magro fazia isso. Apesar de ele ser muito desajeitado, você sabe disso, ele tropeçava um pouco. Só perdia para alguns outros companheiros.

O Sr. – O vento atrapalhava ele.

A SRA. ALBERTINA DUARTE – O vento atrapalhava ele. Ele era desajeitado. Claro que ele deixou cair 10 vezes o enfeite, quebrou a perninha do enfeite, mas ele era com vontade. E sempre estava preocupado com a minha saúde. Ele achava que eu era muito magrinha. Acho que por isso que eu engordei. Ele era mais magro do que eu. Agora, ele estava com a saúde muito frágil, ele estava hipertenso. Eu o atendi, ele falou, portuga, você atende melhor eu do que todo mundo. E eu falava, mas você não é mulher, Magro. E ele tinha muita vergonha, e eu lembro dele sentado na mesa ginecológica, eu mandando ele tirar a camisa, mas eu preciso tirar a camisa? Bom, não vou mandar você tirar sua calça, mas a camisa eu preciso porque eu preciso ver seu pulmão. Aí eu via a pressão, tudo. Ele tinha muitas varizes, e eu tenho certeza, que a denúncia que foi é que fizeram ele tomar uma solução salgada para morrer, e eu acho que isso pode ter acontecido. E depois teve uma ideia de que ele estaria preso em um asilo, tomando Haldol. Então, como veio essa denúncia, porque em 77 eu fui para a Europa e os companheiros da Europa disseram para mim que talvez aqui no Brasil muitas pessoas tivessem no asilo, nos asilos de loucos, no Juquery, ali na região de Sorocaba, algumas casas de repouso, então eu com as fotografias, como era medica, dizendo que

procurando uma pessoa imaginária, eu cheguei a ir durante uns três meses nos lugares com as fotos para ver se encontrava, e uma vez eu achei que tinha visto ele lá com o cabelo raspado, mas como disseram que ele estava tomando Haldol, eu cheguei perto. Aí eu olhei para ele assim, pensei que era ele, a pessoa olhou para mim, e falou, sai daqui, porque era louco, mas aí eu vi que não era. E não tinha isso, mas, a gente andou procurando, e muitas vezes eu achei que ia acha-lo, mas essa denúncia que saiu lá dos companheiros da França, quando eu encontrei a Zuleika na França, a Zuleika e os companheiros da Bélgica disseram que podia ser que estivessem aqui. Havia uma denúncia internacional que eles estavam no asilo, mas eu nunca encontrei ninguém.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado, doutora. Eu queria uma salva de palmas para doutora. A Senhora precisa ir embora? A Cecília Capistrano vai fazer um breve depoimento, a neta do David, ela precisa ir, se as pessoas puderem, ela vai fazer um breve depoimento.

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Obrigada, Deputado. Obrigada, pessoal. Eu sou neta do David Capistrano.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você é filha de quem?

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Da Cristina Capistrano.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você trabalha aqui na casa?

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Trabalho. Estou começando agora, por isso que eu pedi para ir.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Trabalha aonde?

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Trabalho com Du Falcão, na assessoria dele. Sou jornalista, trabalho aqui.

Meu depoimento eu acho que é mais para constar aqui a participação da família, da minha avó, da minha mãe, que não puderam aqui estar. Eu tenho 38 anos, nunca precisei falar dessa história do meu avô porque minha mãe e minha avó sempre fizeram isso, muito guerreiras que elas são, e nunca choraram também, eu já vi elas contarem essa história um monte de vezes e eles nunca choraram, mas, enfim, eu não consigo fazer isso sem chorar. Então, uma coisa que eu queria falar aqui é que essa tortura continua. Isso, provavelmente os meus filhos vão chorar contando essa história e é uma tortura que continua e eu como neta tenho que vir aqui fazer esse papel, e me sinto na obrigação de fazer, o Rillo pediu, eu nem ia falar nada, mas, minha avó tem 94 anos, ela é lúcida, ela lembra da história toda com detalhes, a Amelinha deve saber. Ela lembra muito bem de tudo, como a Doutora Albertina falou, ela sempre me fala dessa angústia deles de 64, que ela sabia que alguma coisa muito ruim ia acontecer e todo mundo pedia para o meu avô não voltar e ele quis voltar de qualquer jeito, e o Roman estava com ele e acabou sendo sequestrado junto.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Essa arte, fala um pouquinho. Se acalma um pouquinho. Dá um copo d'água para ela. Essa parte mais fatural, se acalma um pouquinho.

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Nem queria falar muito dessa parte fatural, mas...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – É importante. Por favor.

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Essa história do meu avô já foi contada muitas vezes, até aqui o nome de um jornalista, que é amigo da família, lá de Pernambuco, o Marcelo Mário de Melo, que ele contou um pouco da história do meu avô ainda em vida, que termina com a morte dele.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – É um livro?

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – É. É um livro que chama Entre Teias e Tocais, que pelo nome já fala...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Como é o nome do jornalista?

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Marcelo Mário de Melo. Saiu pela Assembleia de Pernambuco, é uma coleção que chama Parlamentares do século XX. Ele cona bastante a história doas bastidores, antes de ele ser preso, antes dele chegar, e é legal porque conta um pouco da vontade dele de voltar para o Brasil, do medo da família, tem as cartas.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você sabe quando seu avô entrou no Partido?

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Eu prefiro não falar datas porque, eu sei, minha avó é de 1920, ele é da mesma época. Minha mãe costuma falar que ele era um aventureiro daquela época. Era um autodidata, jornalista, ele tinha essa função dentro do Comitê Central, de jornalista, até o Sindicato do Rio de Janeiro concedeu para ele, eu acho que o ano passado, essa nomeação de jornalista, e, enfim, eu acho que o relato que eu queria falar aqui é desse sofrimento que vai passando de geração para geração e dessa coisa que a gente vai fazendo luto por partes. Uma das coisas que eu lembro bastante foi do depoimento do Lobo que, na Isto É, meu tio, David Capistrano, Davizinho já sabia desses depoimentos meses antes, para revista.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Foi o irmão da Elza Lobo que deu esse depoimento?

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – O Amílcar Lobo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O Amílcar Lobo. Aquele cara que pirou.

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – O que eu quero dizer, assim, a gente nunca tinha chorado assim a morte dele, naquele momento, quando saiu, meu tio correu lá para casa para avisar minha mãe para ela não tomar um susto, então a gente, foi um dos momentos que a gente pôde chorar a morte dele, que até então a gente nunca tinha feito isso em família.

Bem antes disso, até na década de 80, uma das coisas que ele falava, eu e minha prima à gente morava, minha prima morava em um apartamento na Caiowá, com o meu tio David, e eu lembro que a gente pegou um elevador, que tinha sempre reunião lá no apartamento da Caiowá porque meu tio David juntava um monte de comunista também, a gente pegou um elevador para ir para o play e um ara veio ameaçar a gente, eu e minha prima, falando assim, ah, vocês sabiam, meio empurrando a gente assim para o canto do elevador, vocês sabiam que comunista come criancinhas? E falando coisas agressivas dentro do elevador enquanto a gente descia, e eu lembro que ela, minha prima Marta, ela é mais velha, e quando a gente desceu ela falou, olha, não e nada disso viu. Nosso avô é um herói. E queria me explicar às coisas de um jeito que eu entendesse melhor isso. Eu acho que eu tinha uns oito anos. Era bem no começo da década de 80.

A SRA. – E agora as pessoas falam bullying. Bullying de gordinha, bullying não sei o que. Está todo mundo mobilizado. E o bullying que nós sofremos?

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – É, a gente sofreu bastante bullying. A gente era impedido de contar história, a gente tinha medo, até por causa desse negócio, no começo da década de 80, as gente morava aqui em Perdizes e tinha muita gente reacionária lá nesse prédio, inclusive falavam para não brincar com a gente por causa disso, por causa do meu avô, que era comunista. Então hoje em dia a gente dá risada, mas na época a gente tinha medo, a gente achava perigoso contar, e a gente sabia a história inteira porque minha avó se arrumava toda bonita para ir para as reuniões da anistia, que ela ajudou a organizar, a Albertina sabe, a Amelinha também, e eu estou aqui para falar em nome delas mesmo, em nome dos meus primos, e eu gostaria muito que a minha mãe estivesse aqui porque ela poderia ajudar mais o Deputado com as coisas de datas e, enfim, de tudo o que aconteceu, de toda a documentação que a gente tem, mas eu acho que o Marcelo também

lá de Pernambuco, esse jornalista, depois se quiserem eu posso também passar o nome e o contato, e ele também tem bastante coisa, ele guarda bastante coisa. Ele também é preso político, ficou mais de 20 anos preso, foi preso jovem, junto com meu tio Davizinho, e minha mãe pediu para lembrar um outro livro que também conta essa história, o Luta e Chamas, Sem Vestígios, que agora eu não lembro o nome da autora, é uma moça. Bom, Deputado, acho que era isso. Posso te ajudar em mais alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Não. Só agradecer.

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Obrigada. É uma pena que a minha avó não pode vir...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Sua avó está morando no Rio?

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Minha avó está morando no Rio. Mas eu acho que ela tem bastante coisa guardada, entrevista, ela já contou essa história muitas vezes. Acho que ela está um pouco cansada já, espero que a Comissão...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Sua mãe está morando aonde?

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Minha mãe está morando no Rio também, pertinho da minha avó, mas ela não pôde vir, ela sempre está presente, até na Comissão Nacional ela foi agora no lançamento, quando teve aqui no escritório da Presidência da República, na Paulista, a gente estava lá. Ela só não pôde vir porque minha irmã tem problema de saúde, vai ser operada amanhã, aí ela não podia desmarcar a data senão ia dar muito problema com o convênio médico. E é isso, a vida tem que seguir, a gente tem que contar a história, mas seguir a vida. E os outros familiares também continuam precisando da minha mãe e da minha avó.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Eu queria, antes de você terminar, eu estou abrindo aqui na página do seu avô, 546. Está aqui, seu avô nasceu em 16 de novembro de 1913, no distrito de Jacampari, no Município de Boa Viagem, Ceará. Filho de José Capistrano da Costa e Cristina Cirilo da Costa. Desapareceu em março de 74. Dirigente do PCB. Eu queria dizer, antes da Amelinha vir aqui para concluir para fazer o encaminhamento e o fechamento da reunião, das propostas, queria dizer que eu não conheci seu avô, conheci sua avó, sua mãe, conheci seu tio, um grande sanitarista brasileiro...

A SRA. – (ininteligível).

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – A gente tem mesmo. Eu tenho muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Parabéns.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – David Capistrano, um grande prefeito, um grande militante. E você tem que ter orgulho da sua família.

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Eu queria passar a palavra agora para a Amelinha... Já passo a palavra para a Senhora. Só queria falar mais uma palavra. David Capistrano Filho, como sanitarista, embora sua doença muito jovem, muito precoce, a Senhora tem razão, é considerado como tão importante como esses grandes sanitaristas brasileiros, Adolfo Lutz e outros. Seu tio praticamente implantou no Brasil o Programa de Saúde da Família, e deu uma grande contribuição para resistência e para luta, e a sua avó é um exemplo da resistência, da tenacidade, da força e da sinceridade. Muito obrigado.

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – A Senhora quer falar?

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA – Eu quero.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Dá um microfone para ela.

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA – Eu queria complementar um pouco o que a Albertina e o Genivaldo falaram. Ela se lembrou de uma coisa que eu não disse por que eu me coloquei mais em função dos casos que estavam sendo analisados, mas essa questão da solidariedade existiu no Partido desde sempre, desde 22. E depois do golpe de 64, eu entrei na Universidade de São Paulo em 64, e uma das primeiras atividades que nós fizemos, porque vários assistentes na Medicina, na Filosofia foram despedidos, alguns jovens com crianças pequenas, e uma das primeiras coisas que nós fizemos foi juntar dinheiro também para ajudar essas pessoas a sobreviverem, e muitas delas não eram do Partido. Eram de esquerda, mas não eram do Partido. Então, essa questão da solidariedade no Partido é uma coisa que vem desde sempre.

Bom, agora, a gente não tem o hábito no Partido de falar da nossa vida pessoal. A Albertina me surpreendeu. Eu não sou portuguesa como ela, mas eu nasci em um campo de refugiados logo depois da guerra, minha mãe foi presa política de campo de concentração por causa do meu pai, que tinha sido comissário político na guerra civil espanhola, foi oficial do Exército Soviético durante a guerra, aí quando eles se reencontraram minha mãe diz que não quer morar em lugar que tem guerras, e veio para o Brasil porque era um lugar tranquilo, e aí nós passamos por essa ditadura de 21 anos. Então, o que eu queria dizer é que eu sou mais velha do que eles, eu sou de uma geração assim, em termos universitários, eu acho que eles entraram na universidade quando eu já tinha me formado, então o Comitê Universitário aqui em São Paulo foi desligado do Partido porque todo mundo foi para a dissidência. Três pessoas ficaram no Partido, eu fui uma delas. Então, essa experiência que ela teve eu não tive. Eu não conheci o Magrão, mas, o que eu queria dizer é que essa coisa, eu inclusive fui uma das pessoas que ajudou a juntar dinheiro para sustentar várias das viúvas que não tinham como sobreviver.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Quando a Senhora entrou na universidade e quando a Senhora saiu, que curso a Senhora fez?

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA – 64. Eu fiz Física.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Quando a Senhora entrou?

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA – 64, saí em 68. Eu conheci a Amelinha porque eu fui representando várias pessoas que já tinham muita idade, das pessoas que nós estávamos ajudando a sobreviver, e eu fui mais ou menos representando todas as nossas viúvas na Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. Então, essa questão da solidariedade é uma coisa permanente nossa.

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Vou falar uma coisa. Morte e Vida Severina, na PUC, o Magrão e mais outras pessoas ajudaram a gente a colher fundos para o pessoal ir para Nancy, porque Morte e Vida Severina, Nancy, Morte e Vida Severina era um movimento que a gente precisava fazer. E o Magro foi recitando, subindo a Consolação, João Cabral de Melo Neto. Então, na verdade, acho que tem uma coisa cultural, uma coisa do apoio coletivo, esse apoio a todas as forças políticas que queriam mudar, a questão da paz, as bandeiras de ordem amplas que a gente fez aqui nesse encontro, que foi importante. As pessoas fazem uma crítica muito grande ao Partido, mas tem uma coisa que precisa ressaltar aqui, a solidariedade e a tentativa de juntar as palavras de ordem que pudessem fazer um pequeno avanço.

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA – Albertina, eu quero terminar o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Só para concluir, quem falou agora foi a Albertina.

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA – Eu quero terminar meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Sim, minha Senhora. A Senhora vai terminar. Quem acabou de falar foi a Doutora Albertina. Com a palavra a Senhora de novo. Fala o seu nome antes da Senhora falar, porque precisa sair à gravação.

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA – Dina Lida Kinoshita. Bom, nessa situação da minha família, meu pai recebia jornais comunistas de tudo quanto é lugar do mundo. (ininteligível) de Paris, o (ininteligível) de Israel, o Soviet German da União Soviética, sei lá, o (ininteligível) de Nova York, e aí o que aconteceu, eu queria complementar o depoimento do Genivaldo, que ele disse que a família do Montenegro não teve muita chance de fazer um trabalho mais efetivo para procura-lo. Agora, eu fiquei sabendo da morte do Montenegro, porque eu já não era estudante, eu não vivia essa coisa que eles viveram, através, todos esses jornais que meu pai recebia em (ininteligível), anunciaram a morte do Montenegro, na União Soviética, em Paris, nos Estados Unidos, em Israel. Quer dizer, houve uma solidariedade do Partido de divulgar essas coisas que estavam acontecendo no Brasil e os Partidos nos outros países todos repercutiam isso. Eu estou falando dos jornais que eu me lembro, mas provavelmente saiu em muitos outros.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – É verdade. A Senhora tem razão. Embora o Montenegro nunca tenha tido tanto destaque quanto outros, ele foi um grande dirigente, um grande companheiro, um nível de disciplina absurdo e um nível de correção. Montenegro é um dos heróis do povo brasileiro. Amelinha, para as suas conclusões.

A SRA. AMELINHA TELES – Bom gente, bom dia. Eu queria antes de chegar às conclusões aqui, anunciar, para registrar a presença dos representantes do Comitê Central do PCB, Partido Comunista Brasileiro, Mercedes Lima, e Ernesto Pichler. E queria agradecer a todas as pessoas aqui, principalmente a família do Élson Costa, que veio aqui em um grande número. Pensar que todos eles, Élson Costa, David Capistrano, Walter de Souza Ribeiro, Nestor Vera. É Vera ou Veras? Porque eu vejo os dois escritos, mas, isso é polêmico, até o nome é polêmico, mas, vamos lá. O João Massena de Melo, o José Roman, o José Montenegro de Lima, que está tão lembrado aqui, todos eles são heróis nacionais. Isso que a gente, fique registrado na história do Brasil. Todos

eles são heróis nacionais. Então, evidentemente que a gente ouvir o depoimento sobre essas pessoas é muito emocionante. Você fica muito emocionado.

Agora nós vamos fechar aqui as resoluções que a Comissão da Verdade deve tomar em função dos depoimentos de hoje.

Em relação ao Élon Costa, eu só queria lembrar o seguinte, o Élon Costa, forjaram aquela mentira que o José Miguel lembrou muito bem aqui, e fizeram até um exame de corpo de delito. Você já viu o documento, não é? Então eu acho que a Comissão da Verdade talvez, tanto a Nacional como aqui, a Estadual, procurasse levantar quem, porque eles põem o nome, Élon Costa, só que eles não põem, não tem os mesmos dados de identidade do Élon Costa. Então devia levantar também quem é esse outro Élon Costa, porque eles forjaram esse sequestro pelos companheiros, inclusive mostra que ele foi machucado pelos companheiros. Quer dizer, uma mentira, uma farsa que a ditadura usou muito para confundir a gente o tempo todo, e para construir esse esquecimento mesmo, a coisa que a memória seja desconstruída. Então eles faziam, davam informações. Então eu acho que, além de fazer a retificação do atestado de óbito, tem que constar no atestado de óbito do Élon Costa e de todos os demais que foram citados aqui, foram assassinados sob tortura pela ditadura. Todos eles foram. A gente pode ter um detalha a mais aqui, um detalhe a menos, mas foram assassinados. Por isso que são heróis nacionais, porque eles foram, lutaram pelo povo e morreram pelo povo, executados, mas torturados também.

Então a retificação do atestado de óbito é uma resolução, e que completasse esses depoimentos com o depoimento do Marco Antônio Coelho, Alice Duarte, eu tentei falar com ela, não consegui, mas espero que ela possa vir aqui...

A SRA . – A Darcy de Oliveira Pinto também, que conviveu com o Magro, na época a Darcy conviveu com o Magro.

A SRA. AMELINHA TELES – A Darcy. Então a gente faz a convocação da Darcy, da Alice Duarte novamente, do Marco Antônio Pereira Coelho. Eu acho que com isso a gente encerra. Agora eu queria, antes de encerrar, eu queria fazer a homenagem, porque essa história está sendo lembrada, ela está sendo escrita graças à luta das mulheres. Esse encontro que a Albertina fala, esse encontro pelo diagnóstico da mulher paulista foi feito em 1975, na Câmara Municipal, Mercedes, você estava lá? Você estava não e. A Mercedes estava porque ela é do meu tempo a Mercedes. Nós estávamos lá e a polícia também. Ali foi, e os companheiros sendo presos, sendo torturados, e nós ali. Inclusive quando terminou o encontro, logo depois que terminou a Marise Egger foi presa. Foi

presa e torturada. E esse Encontro é um marco histórico do movimento feminista brasileiro. Ele extrapola... Nós temos a obrigação de trazer, essa que é a verdade. Essas mulheres, muitas delas, nesse Encontro ou fora desse Encontro, então eu quero lembrar da Dona Aglaé. A Dona Aglaé denunciou o tempo todo a prisão do Élson Costa. Ela sempre falou. A Maria Augusta é uma pessoa que ela tem o dom da palavra. Ela chega à frente de um microfone, aquela mulher, baixinha daquele jeito, pequenininha daquele jeito ela fica gigante, ela vira gigante. E ela denunciava o desaparecimento. Ela foi à mulher que ensinou para nós o que é esse desaparecimento forçado, com a luta dela. Porque ela começou em 1974, e tão logo o David desapareceu e o José Roman, a Maria Augusta foi. Então eu acho que ela tem que ser lembrada aqui, homenageada. Eu queria homenagear também a Zódia, a Zódia e a Célia, a mulher do Hiram de Lima e a Zódia de Lima Pereira, a filha do Hiram, essas mulheres que foram o tempo todo carregando essa bandeira, gente. Perseguidas pela polícia sofrendo, e elas não deixaram que eles fossem esquecidos. Eles estão escritos na história graças também muito a luta dessas mulheres.

Então eu acho que nós encerramos. Eu passo para o Adriano, como Presidente...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Amelinha, eu só queria, viu Taís, eu já passo, porque nós temos que encerrar. Toda vez que um depoente falar nome de livro, tal, mesmo esses livros raros, é bom, porque a Nacional não vai coletar nenhum documento de livro, então, se a gente fizer pela... E outra coisa, Amelinha, principalmente desse dos nordestinos, articular com a Comissão de Pernambuco. Cruzar todos esses dados, David Capistrano, do Montenegro, como eles são muito bem organizados lá em Pernambuco, cruzar. Inclusive esse livro que ela disse, que é um livro raríssimo, que é um livro de Assembleia Legislativa, talvez esteja até esgotado...

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Está esgotado. Roubaram o meu lá de casa, levaram, eu emprestei para alguém, não consigo ler de novo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – É. Precisa ver se recupera, alguma biblioteca.

A SRA. CECÍLIA CAPISTRANO – Eu acho que minha tia deve ter e eu posso pedir para ela encaminhar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Está bom. A Senhora quer fazer alguma consideração ainda? Microfone.

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA – Quem está vivo e vive em São Paulo também é o Armênio Guedes. Está com 93 ou 94 anos, mas ele fez parte desse Comitê Central eleito em 67. Mas, como eu já disse no meu depoimento, ele e a Zuleika saíram em 71 porque tinham sido abordados pelo agente da CIA. Mas de toda maneira eu acho, eu acho não, eu tenho certeza, a direção se reunia. Então eu acho que talvez seja o caso também de entrevistar o Armênio e não só o Marco Antônio, que eu já tinha citado antes.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Ótimo. E no dia 11 nós vamos homenagear aqui a Zuleika Alambert. Vai ter o prêmio Beth Lobo, às 19 horas. O Paulo Kobayashy.

A SRA. – Ela faleceu. Faleceu em dezembro.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Por isso que nós vamos homenageá-la. Coo o Centro, vão ser outras mulheres homenageadas, da resistência, mas o Centro vai ser a Zuleika Alambert.

Bom, agradecemos a presença e todos os companheiros, e dizer que a Comissão da Verdade não pertence a um grupo de especialistas e nem de técnicos. A Comissão da Verdade é uma Comissão do povo brasileiro, e o Estado brasileiro continua sonhando as informações. O sistema de informações permanece intacto, vigiando, gravando e nos seguindo. Se o Estado brasileiro não abrir as suas portas através do testemunhal, como das pessoas que vieram aqui hoje, pretendemos fazer esse enfrentamento. Não se pode fazer a Comissão da Verdade no País da mentira. Viva a democracia, viva Élson, David Capistrano, José Montenegro e outros heróis do povo brasileiro. Viva o PCB. Muito obrigado.

A SRA. ALBERTINA DUARTE – Eu vou quebrar um pouquinho o protocolo. Eu vou pedir uma coisa. Todas as vezes que tem uma enchente, uma catástrofe ambiental, existem especialistas psicológicos que atendem às vítimas. Eu acho que nenhuma, essa indenização é absolutamente ínfima perante todos os danos, mas que a indenização seja esse resgate. Agora eu acho que é preciso que a Psicologia, social ou não, individual, passe a repensar como ficaram as mulheres, os homens e os descendentes dessa situação. Eu não vejo nenhuma psicologia social estudar a história dos nossos sentimentos e das nossas emoções. Que a Comissão da Verdade reivindique no mínimo o atendimento psicológico para escutar como é que as pessoas tiveram essa dor de não enterrar seus mortos, de viver essa situação e, como médica eu peço isso, que haja uma indenização de atendimento a todas as pessoas.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – A Senhora tem razão. Na Argentina tem um serviço que agora aqui no Brasil o Ministério da Justiça está tentando criar. Muito obrigado. A sessão está encerrada.

* * *

